



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## DISPENSA DE LICITAÇÃO

DOCUMENTOS DO PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD (quando houver) <i>ok</i>	
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (quando houver) - <i>dispensável</i>	
PESQUISA DE MERCADO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL <i>ok</i>	
PLANILHA DE PREÇOS C/ MÉDIA OU MEDIANA -	
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A PESQUISA DE PREÇOS <i>ok</i>	
BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO OU FUNCIONAL PROGRAMÁTICA <i>ok</i>	
DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA <i>ok</i>	
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI ESTRAPOLADO O LIMITE DE DISPENSA (em caso de dispensa em razão do valor) <i>ok</i>	
TERMO DE REFERÊNCIA - TR <i>ok</i>	
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS <i>ok</i>	
JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA PRESENCIAL (quando for o caso) <i>X</i>	
MINUTA DO AVISO DE DISPENSA E ANEXOS <i>ok</i>	
MINUTA DE CONTRATO E/OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS <i>ok</i>	
LISTA DE VERIFICAÇÃO -	
PARECER JURÍDICO (quando for o caso) <i>ok</i>	
PUBLICAÇÃO	
PROPOSTAS <i>ok</i>	
HABILITAÇÃO <i>ok</i>	
ATA DA SESSÃO PÚBLICA (quando houver) <i>ok</i>	
HOMOLOGAÇÃO/PUBLICAÇÃO <i>ok</i>	
CONTRATO/ATA - PUBLICAÇÃO <i>ok</i>	
PRORROGAÇÕES/ADITIVOS	

000001

000001



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

## **DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE**

---

- Secretaria Municipal responsável pela demanda: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
- Nome do servidor responsável pelo do DFD: Luciano Tomachevski

### **2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

---

A manutenção regular de poços artesianos é essencial para garantir a qualidade e a segurança da água fornecida, além de prolongar a vida útil do sistema. Com o tempo, sedimentos, detritos, materiais orgânicos e microorganismos podem se acumular no interior do poço, comprometendo a potabilidade da água e a eficiência do sistema de bombeamento. A falta de limpeza periódica pode levar a uma série de problemas, incluindo:

1. **Contaminação da Água:** A presença de detritos e microorganismos no poço pode causar a contaminação da água, tornando-a imprópria para o consumo humano e para outras atividades.
2. **Redução na Capacidade de Bombeamento:** O acúmulo de sedimentos e incrustações nas paredes do poço pode reduzir o fluxo de água, resultando em menor eficiência operacional e possivelmente aumentando os custos de energia.
3. **Desgaste Prematuro dos Equipamentos:** A presença de partículas abrasivas pode acelerar o desgaste das bombas e outros equipamentos, aumentando os custos de manutenção e substituição.
4. **Garantia de Conformidade com Normas Sanitárias:** Manter o poço em condições adequadas de limpeza é uma exigência para cumprir com as normas e regulamentações sanitárias locais e nacionais, evitando sanções e multas.

A contratação de uma empresa especializada para realizar a limpeza do poço artesiano é necessária para assegurar que o sistema continue a operar de forma eficiente e segura. O serviço de limpeza incluirá:

- **Remoção de Sedimentos:** Limpeza das paredes internas do poço para remover sedimentos acumulados, areia, lama e outros resíduos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

- **Desinfecção:** Aplicação de produtos desinfetantes específicos para eliminar bactérias e outros microorganismos que possam estar presentes.
- **Inspecção Técnica:** Verificação das condições gerais do poço e dos equipamentos de bombeamento para identificar possíveis problemas que necessitem de reparos ou substituições.
- **Relatório Técnico:** Fornecimento de um relatório detalhado com as condições encontradas e as ações realizadas durante a limpeza, incluindo recomendações para futuras manutenções.

Este serviço é crucial para assegurar que o poço continue a fornecer água de alta qualidade e que o sistema opere com máxima eficiência, minimizando riscos de contaminação e custos de manutenção a longo prazo.

### **3. SOLUÇÃO SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO**

Contratar uma empresa responsável para a limpeza de poço artesiano é essencial para garantir a **qualidade da água e a saúde pública**. Empresas especializadas possuem conhecimento técnico e equipamentos adequados para realizar a limpeza de forma eficaz, removendo sedimentos, bactérias e contaminantes. Além disso, a manutenção regular do poço aumenta sua **vida útil e eficiência**, assegurando um abastecimento de água contínuo e de qualidade. A contratação também garante o cumprimento das **normas regulatórias** de saúde e meio ambiente, promovendo práticas sustentáveis e seguras no uso dos recursos hídricos.

### **PREVISÃO DE INÍCIO E DURAÇÃO PRETENDIDOS PARA A CONTRATAÇÃO**

Após os procedimentos o contrato deverá ser executado de forma imediata. A duração estimada para a execução dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano é de **5 a 7 dias úteis**. Esse período inclui:

1. **Mobilização e Preparação do Local (1 dia):** Instalação dos equipamentos necessários, isolamento da área e preparação para o início dos trabalhos.
2. **Execução da Limpeza e Desinfecção (2 a 3 dias):** Realização da remoção de sedimentos, limpeza das paredes do poço e desinfecção completa.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

3. **Inspeção e Testes (1 a 2 dias):** Inspeção detalhada do poço e dos equipamentos de bombeamento, testes de qualidade da água e verificação da eficiência do sistema após a limpeza.
4. **Elaboração e Entrega do Relatório Final (1 dia):** Compilação dos dados obtidos, elaboração do relatório técnico e entrega para a empresa contratante, com recomendações para futuras manutenções.

**Total:** 5 a 7 dias úteis.

Este cronograma pode ser ajustado conforme a necessidade específica do poço e as condições encontradas durante a inspeção inicial. O objetivo é garantir que o serviço seja realizado de maneira eficiente, minimizando qualquer impacto na operação do sistema de abastecimento de água

## **4. ESTIMATIVA DE VALOR**

---

O valor máximo estimado da contratação é de R\$ 37.613,33 (trinta e sete mil, seiscentos e treze, e trinta e três centavos.)

## **5. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO**

---

Gestor do Contrato: Luciano Tomachevski

Fiscal do Contrato: Tiago Sansana de Cristo

Suplente do Fiscal de Contrato: Luiz Carlos Lemes

## **6. APROVAÇÃO**

---

Aprovo a referida demanda.

Ivaí – PR, 27 de Setembro de 2024.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone: (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

Luciano Tomachevski  
Secretário Responsável

Luciano Tomachevski  
Servidor responsável pela elaboração

Luciano Tomachevski  
Gestor do Contrato

Tiago Sansana de Cristo  
Fiscal do Contrato

Luiz Carlos Lemes  
Suplente do Fiscal do Contrato

**ORÇAMENTO**

CLIENTE: Prefeitura Municipal de Ivaí

CNPJ: 76.175.918/0001-33

ENDEREÇO: Rua Rui Barbosa, nº 632 - Centro

TELEFONE: (42) 3247-1222

DATA: Francisco Beltrão, 26 de Setembro de 2024.

**Perfuribel**  
POÇOS ARTESIANOS

ITEM	UN	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	und	1	Saque instalação com deslocamento	R\$ 2.310,00	R\$ 2.310,00
2	mts	200	0-200m de profundidade de limpeza e desinfecção em poço artesiano	R\$ 90,00	R\$ 18.000,00
3	und	1	Montagem de máquina e canteiro de obras c/deslocamento	R\$ 3.850,00	R\$ 3.850,00
4	mts	30	Revestimento instalado interno 6.1/2"	R\$ 450,00	R\$ 13.500,00
5	und	1	Geólogo e documentação	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00
TOTAL GERAL					R\$ 39.260,00

1. VALIDADE DA PROPOSTA: 30 (trinta) dias

CLAUDIMAR Assinado de forma  
digital por CLAUDIMAR  
LUBIAN:839 LUBIAN:83961461953  
61461953 Dados: 2024.09.26  
15:07:19 -03'00'

Claudimar Lubian  
RG: 5.987.741-0  
Sócio Administrador

CNPJ: 04.949.630/0001-68

INSC. EST. 90254004-00

PERFURIBEL POÇOS ARTESIANOS LTDA

AV. ATTÍLIO FONTANA, 3323, PINHEIRINHO

FRANCISCO BELTRÃO - PR CEP: 85.603-025

FONE: (46) 3527-1212

E-MAIL: perfuribel@perfuribel.com.br

000006



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.949.630/0001-68 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/03/2002
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL PERFURIBEL POCOS ARTESIANOS LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 41.20-4-00 - Construção de edifícios 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV ATTILIO FONTANA	NÚMERO 3323	COMPLEMENTO *****
----------------------------------	----------------	----------------------

CEP 85.603-025	BAIRRO/DISTRITO PINHEIRINHO	MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO	UF PR
-------------------	--------------------------------	--------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO2@PERFURIBEL.COM.BR	TELEFONE (46) 3527-1212
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/03/2002
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

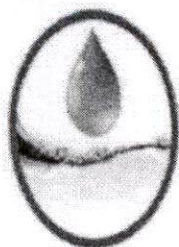
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 27/09/2024 às 16:23:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

000007



**ÁGUA VIVA  
ARTESIANOS**

# **ÁGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS**

**PERFURAÇÃO DE POÇOS, MANUTENÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS**

**Comércio de Bombas Submersas, Bombas Centrífugas Multiestágios, Motores Elétricos, Quadros de Comando, Caixa D' Água Metálica Aérea, Bebedouro Australiano, Estrutura Metálica, Reservatórios, Recipientes Metálicos, Tubos Edutores, etc.**

E.C.P.A. COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 05.648.964/0001-64 I.E. 90567207-04  
Tel: (42)3436-3517 Cel: (42)9 9929-7490 / (42)9 9143-9898 E-mail: aguaviva\_artesianos@hotmail.com  
Rua Alberto Diedrichs, 653 Centro Escritório: Rua Treze de Maio, 10 Centro – Imbituva- Pr

## **ÁGUA VIVA- POÇOS ARTESIANOS**

**CLIENTE: PREFEITURA IVAI**

**CPF/ CNPJ: 76.175.918/0001-33**

**ENDEREÇO: rua rui barbosa, 632 - centro 84460-000**

**CIDADE: IVAI - PR**

**FONE: 42 3247-1222**

## **ORÇAMENTO**

DESCRIÇÃO		
SAQUE INSTALAÇÃO C/ DESLOCAMENTO	R\$ 2.100,00	2.100,00
0-200M DE PROFUNDIDADE DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO EM POÇO ARTESIANO R\$ 80,00M	R\$ 80,00	16.000,00
MONTAGEM DE MAQUINA E CANTEIRO DE OBRAS C/ DESLOCAMENTO	R\$ 3.500,00	3.500,00
30M DE REVESTIMENTO INSTALADO INTERNO 6 1/2" R\$400,00M	R\$ 400,00	12.000,00
GEÓLOGO E DOCUMENTAÇÃO	R\$ 1.500,00	1.500,00
<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>R\$</b>	<b>35.100,00</b>

**EMERSON  
CIRINALDO  
PAES DE  
ALMEIDA:022641  
36910**


Assinado digitalmente por EMERSON  
CIRINALDO PAES DE  
ALMEIDA:02264136910  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado  
Digital PF A1, OU=Presencial, OU=  
29098771000145, OU=AC SyngularID  
Múltipla, CN=EMERSON CIRINALDO  
PAES DE ALMEIDA:02264136910  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2024.09.26 16:09:07-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

**IMBITUVA, 30 DE JULHO DE 2024**

**ÁGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS**

000008





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</div> <div>05.648.964/0001-64</div> <div>MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</div> <div>CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA</div> <div>09/05/2003</div>
<div>NOME EMPRESARIAL</div> <div>E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</div> <div>E. C. P. A.</div>	<div>PORTE</div> <div>ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</div> <div>47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</div> <div>47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura</div> <div>47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico</div> <div>47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas</div> <div>47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos</div> <div>47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos</div> <div>47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas</div> <div>47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação</div> <div>47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente</div> <div>43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água</div> <div>33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</div> <div>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO</div> <div>R ALBERTO DITRICHS</div>	<div>NÚMERO</div> <div>653</div>	<div>COMPLEMENTO</div> <div>*****</div>
<div>CEP</div> <div>84.430-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO</div> <div>CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO</div> <div>IMBITUVA</div> <div>UF</div> <div>PR</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE</div> <div>(42) 9974-4032</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</div> <div>*****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</div> <div>03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</div> <div>*****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 25/09/2024 às 18:04:36 (data e hora de Brasília).

000008



CLIENTE: PREFEITURA DE IVAI	CEP: 84.460-000
CIDADE: IVAI/PR	
LOCAL DA OBRA: RUA RUI BARBOSA, 632, CENTRO	

PROJETO DE INSTALAÇÃO DO POÇO ARTESIANO

QTD	UND	DESCRIÇÃO	V. UNITÁRIO	V. TOTAL R\$
1	vb	SAQUE DE INSTALAÇÃO COM DESLOCAMENTO	R\$ 2.180,00	R\$ 2.180,00
200	und	LIMPEZA E DESINFECÇÃO EM POÇO ARTESIANO / 0 A 200 MTS	R\$ 98,00	R\$ 19.600,00
1	vb	MONTAGEM DE MÁQUINA E CANTEIRO DE OBRA COM DESLOCAMENTO	R\$ 3.650,00	R\$ 3.650,00
30	m	REVESTIMENTO INTERNO DE 6 1/2" INSTALADO	R\$ 380,00	R\$ 11.400,00
1	UND	GEÓLOGO E DOCUMENTAÇÃO	R\$ 1.650,00	R\$ 1.650,00
TOTAL PARCIAL R\$				R\$ 38.480,00

Jaguariaíva, 27 de setembro de 2024

DE ACORDO: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

HC HIDROBOMBAS POÇOS ARTESIANOS EIRELI

CNPJ: 32.648.702/0001-72

AV GOVERNADOR PAULO DA CRUZ PIMENTEL, 266, JD N SENHORA DE FÁTIMA, JAGUARIAÍVA-PR 84.200-000

(43) 3535-1818 (43) 9 9623-7001/9 9619-3630

E-MAIL: hchidrobombas.jgv.pr@gmail.com


HC HIDROBOMBAS  
POCOS ARTESIANOS  
LTDA:326487020001  
72

Assinado de forma digital por  
HC HIDROBOMBAS POCOS  
ARTESIANOS  
LTDA:32648702000172  
Dados: 2024.09.27 09:57:57  
-03'00'

HIDROBOMBAS  
POÇOS ARTESIANOS

000010





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.648.702/0001-72 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 04/02/2019</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL HC HIDROBOMBAS POCOS ARTESIANOS LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) HC HIDROBOMBAS</div>	<div>PORTE ME</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO AV GOV. PAULO DA CRUZ PIMENTEL</div>	<div>NÚMERO 266</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 84.200-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JD N SRA DE FATIMA</div>	<div>MUNICÍPIO JAGUARIAIVA</div>	<div>UF PR</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO HCHIDROBOMBAS.JGV.PR@GMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (43) 9619-3630</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/02/2019</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 25/09/2024 às 18:06:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

000011



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Isadora Venturini  
curadora

Bom dia!

Segue orçamento anexo.

At.te

Isadora Venturini  
Contato: (46) 3527-1212/99105-5217  
E-mail: [financeiro@perfunibel.com.br](mailto:financeiro@perfunibel.com.br)  
site: [www.perfunibel.com.br](http://www.perfunibel.com.br)



1 anexo • Anexos verificados pelo Gmail



SECRETARIA DE AGRICULTURA

09:09 (há 1 hora) ☆

Bom dia venho por meio deste solicitar um orçamento para LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE POÇO ARTESIANO pela prefeitura municipal de Ivaí. deixar registrad.



HC Hidrobombas

para mim

09:59 (há 16 minutos) ☆ 😊 ↶ ⋮

Bom dia,

Segue em anexo orçamento conforme solicitado.

Atenciosamente,

Marceli Martins

\*\*\*

1 anexo • Anexos verificados pelo Gmail

pedido de orçamento



SECRETARIA DE AGRICULTURA

14:26 de set. 18:22 (há 7 horas) ☆

Bom dia venho por meio deste solicitar um orçamento para LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE POÇO ARTESIANO. Segue abaixo as especificações



Agua Viva Poços Artesianos

curadora

14:26 de set. 16:14 (há 18 horas) ☆ 😊 ↶ ⋮

Atenciosamente,

Agua Viva Poços Artesianos  
R. 1408 1317 (46) 4046 4048  
Rua Tereza de Jesus, 1317 - Centro  
Ivaí - PR 84471-000

De: Agua Viva Poços Artesianos <[aguviva@aguviva.com.br](mailto:aguviva@aguviva.com.br)>

Enviado: quinta-feira, 26 de setembro de 2024 14:38

Para: SECRETARIA DE AGRICULTURA <[secretaria@perfunibel.com.br](mailto:secretaria@perfunibel.com.br)>

Assunto: RE: pedido de orçamento

\*\*\*

(Veragem contada) <[secretaria@perfunibel.com.br](mailto:secretaria@perfunibel.com.br)>

1 anexo • Anexos verificados pelo Gmail



Imagem160924.pdf

Ivaí, 27 de Setembro de 2024

Assinatura  
Luciano Tomachevski

000013



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE A PESQUISA DE MERCADO

Eu, Luciano Tomachevski, residente e domiciliado (a) na cidade de Ivaí, inscrito (a) no CPF nº 017.351.259-38, lotado (a) na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, na função de Secretário, sob a Decreto nº 017/2024, declaro que, com relação à pesquisa de preços com a média dos orçamentos:

### DA FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS:

A pesquisa de preços foi realizada mediante as seguintes fontes:

a) Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; (art. 23, inciso IV da Lei nº 14.133/2021),

Atendendo plenamente o disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 025/2023, vez que foram consultados no mínimo 03 preços de um ou mais parâmetros de que trata o 1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021. Estes são justificados por que é uma licitação que é feita esporadicamente nos municípios, por isso foi difícil achar contratos fechados em outras cidades, para agilizar o processo foram feitas pesquisas na internet de empresas que prestam este tipo de serviços e atentamos aos comentários e avaliações.

Para tanto foi utilizada a média para o valor máximo estimado.

### DA PESQUISA COM FORNECEDORES:

Declaro que a pesquisa de mercado foi realizada por meio de orçamentos com fornecedores, pois Declaro que a pesquisa de mercado foi realizada por meio de solicitação direta de cotações junto a no mínimo 3 (três) fornecedores, devido à necessidade de obter orçamentos atualizados para garantir a adequação dos preços ao mercado atual. A escolha desses fornecedores foi justificada pela sua especialização e atuação no segmento de limpeza e manutenção de poços artesianos, bem como pela urgência na contratação, que exige rapidez e eficiência no processo de cotação.

Os comprovantes de tentativa de ampliação da pesquisa foram juntados nos autos.

De acordo com o disposto no art. 23, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2023, foram escolhidos os fornecedores para a pesquisa de mercado por estas pois são as mais próximas do município e houve pesquisa de serviços prestados, com avaliação boa e empresa é própria para estes serviços.

CIDADE	EMPRESA	VALOR
JAGUARIAIVA	HC HIDROBOMBAS	R\$ 38.480,00
IMBITUVA-PR	ÁGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS	R\$ 35.100,00
FRANCISCO BELTRÃO - PR	PERFURIBEL POÇOS ARTESIANOS LTDA	R\$ 39.260,00
MEDIA		R\$ 37.613,33

**DA RESPONSABILIDADE:** Certifico como verdadeiras as informações contidas na pesquisa de preços realizada, responsabilizando-me por sua veracidade.

Declaro estar de acordo com a consulta de mercado realizada e ciente da responsabilidade em caso de sobre preço.

000012



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

## DECLARAÇÃO - ENQUADRAMENTO SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

Declaro para os devidos fins que os serviços constantes da planilha de serviços para: **Reparo de poço artesiano da comunidade lajeado** classificam-se como serviço comum de engenharia.

Lei 14.133/2021

Art. 6º, inciso XXI, alínea a:

a) **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

Ivaí, 04 de setembro de 2024

  
\_\_\_\_\_  
**TIAGO SANSANA DE CRISTO**  
Eng. Civil – SECRETARIO GERAL  
CREA PR-158335/D

000014

000013



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

aRui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

### DECLARAÇÃO DE DISPENSA ELETRONICA

Plano Padrão – Despesa orçamentária	Valor (R\$)
<b>Conta de despesa</b>	
10 SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS	R\$ 37.613,33
001 DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
10.301.1001.2041 AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NO	
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
3.3.90.39.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	
03010 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	

**Objeto:** Dispensa eletrônica pelo site BLL com o vencedor de menor valor.

**LUCIANO TOMACHEVSKI**

Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente

000015



# Município de Ivaí - 2024

## Saldo das contas de despesa

Calculado em : 26/09/2024

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso ( F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET )				Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado
05 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE				912.500,00	1.312.500,00	1.078.150,93
001, DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUARIO				912.500,00	1.312.500,00	1.078.150,93
20.606.2001.2014 Atividades da Divisão de Fomento Agropecuario				912.500,00	1.312.500,00	1.078.150,93
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA						
00590 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)				912.500,00	1.312.500,00	1.078.150,93
Total Geral				912.500,00	1.312.500,00	1.078.150,93

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 26/09/2024

Contas de despesa: 590

000016





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**  
Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR  
Site: [www.ivaí.pr.gov.br](http://www.ivaí.pr.gov.br) email: [licitacao@ivaí.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivaí.pr.gov.br)

## AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO

MEMO/2024

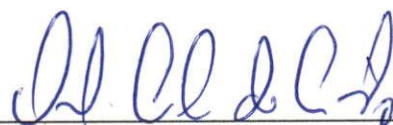
DE: PREFEITO MUNICIPAL

PARA: SETOR DE LICITAÇÕES

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e os termos da Lei Federal nº 14.133/21 de 1º de abril de 2021, **AUTORIZO o INÍCIO de PROCESSO DE DISPENSA** cujo objeto é a **Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de Poço Artesiano da localidade de Lageado.**

Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

Ivaí – PR, 09 de Outubro de 2024.



ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO  
PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ

000017

**AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO**

**MEMO/2024**

**DE: PREFEITO MUNICIPAL**

**PARA: SETOR DE LICITAÇÕES**

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e os termos da Lei Federal nº 14.133/21 de 1º de abril de 2021, **AUTORIZO** o **INÍCIO** do **PROCESSO LICITATÓRIO** cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para realizar limpeza do poço artesiano**. Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

Ivaí - PR, 30 de Agosto de 2024.



**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

000018

00001



Município de Ivaí  
Solicitação 279/2024

Equipamento

Página:1

<b>Solicitação</b>			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
279	Aquisição de Material	30/09/2024	1
<b>Solicitante</b>		<b>Processo Gerado</b>	
Código	Nome	Número	
12189-4	LUCIANO TOMACHEVSKI	0/2024	
<b>Local</b>			
1052	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
<b>Órgão</b>			
05	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
<b>Forma de pagamento</b>			
Descrição		Tipo	
A PRAZO		Depósito bancário	
<b>Entrega</b>			
Local		Prazo	
		0 Dias	

**Descrição:**

Contratação de empresa especializada para realizar limpeza do poço artesiano.

**Justificativa:**

Necessária para assegurar que o sistema continue a operar de forma eficiente e segura.

Lote					
001 Lote 001					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048863	Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço	SERV	1,00	37.613,33	37.613,33
	Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço artesiano.				
TOTAL					37.613,33
TOTAL GERAL					37.613,33

000019



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE**

---

- Secretaria demandante: Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
- Responsável: Luciano Tomachevski.

### **2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO**

---

#### **2.1. Objeto a ser contratado**

---

Contratação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado.

#### **2.2. Natureza do objeto**

---

Serviço comum de Engenharia

#### **2.3. Fundamento da contratação**

---

O presente processo se trata de uma dispensa baseada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a qual não possuirá a realização de Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 025/2023. Ainda, todas as informações necessárias estarão presente neste documento.

#### **2.4. Justificativa da contratação**

---

A presente contratação é de extrema importância, tendo em vista que o poço da localidade de Lageado está com problema que por conta do grande utilidade ao longo dos anos o desgaste foi se intensificando sendo inevitável a manutenção deste, pois há um grande acúmulo de sedimentos detritos e microorganismos no interior do poço, comprometendo a potabilidade da água e reduzindo a eficiência do sistema de bombeamento. A ausência desta limpeza pode levar piorar à contaminação da água, o desgaste dos equipamentos e à redução da capacidade de bombeamento, resultando em maiores custos operacionais e potenciais riscos à saúde. Além disso, a manutenção do poço é uma exigência para o cumprimento das normas sanitárias vigentes, evitando sanções e garantindo a conformidade legal. Portanto, a contratação se justifica pela necessidade de preservar a qualidade da água, assegurar a operação eficiente do sistema e cumprir com as regulamentações aplicáveis, minimizando riscos e custos a longo prazo. Requisitos da contratação



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

## **2.5. Análise de riscos da contratação**

Fica dispensada a análise de risco nas dispensas realizadas com base no art. 75, incisos I e II, da Lei 14.133/2021, de acordo com o disposto no art. 14 do Decreto Municipal 025/2023.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

### **3.1. Especificação e quantidades da solução:**

As especificações do serviço foram baseadas a partir de estudos realizados juntamente com a engenharia, para melhor atender a necessidade que este poço necessita.

<b>QTD</b>	<b>UND</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1	vb	SAQUE DE INSTALAÇÃO COM DESLOCAMENTO
80	m	LIMPEZA E DESINFECÇÃO EM POÇO ARTESIANO / 0 Á 200 MTS
1	vb	MONTAGEM DE MAQUINA E CANTEIRO DE OBRAS COM DESLOCAMENTO
400	m	REVESTIMENTO INTERNO DE 6 1/2", INSTALADO

### **3.2. Prazo para início da execução do objeto**

Será imediato, a partir da publicação do contrato.

### **3.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto**

Após os procedimentos o contrato deverá ser executado de forma imediata. A duração estimada para a execução dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano é de **5 a 7 dias úteis**.

### **3.4. Local de entrega ou execução**

Localidade de Lageado

### **3.5. Exigências a serem feitas após a entrega/execução?**

#### **3.5.1. Garantia exigida do objeto e prazo:**



Após a execução dos serviços, será exigida uma garantia mínima de 12 meses sobre o trabalho realizado. Durante este período, a empresa contratada deverá corrigir, sem custos adicionais, qualquer falha ou problema decorrente da execução inadequada dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano. A garantia cobre a integridade do serviço realizado, assegurando que a qualidade da água e a eficiência do sistema de bombeamento sejam mantidas conforme os padrões estabelecidos.

### **3.5.2. Condições de assistência técnica:**

A empresa contratada deverá disponibilizar assistência técnica especializada durante o período de garantia. Em caso de qualquer problema ou irregularidade no poço artesiano, a assistência técnica deve ser acionada prontamente, com atendimento no prazo máximo de 48 horas após a solicitação. A assistência técnica inclui a realização de inspeções adicionais, reparos necessários, e orientações sobre a operação do sistema, garantindo o pleno funcionamento do poço e a satisfação da contratante.

### **3.5.3. Exige respeito às normas específicas de descarte? Quais são as normas específicas de descarte?**

Sim, exige-se o respeito às normas específicas de descarte de resíduos gerados durante o processo de limpeza e manutenção do poço artesiano. A empresa contratada deve seguir rigorosamente as normas ambientais e sanitárias vigentes, como a Resolução CONAMA nº 430/2011, que dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, e a NBR 10004/2004 da ABNT, que classifica os resíduos sólidos. Todos os resíduos, incluindo lodo, sedimentos e produtos químicos utilizados, devem ser coletados, transportados e descartados de acordo com as normas específicas, evitando a contaminação do meio ambiente e garantindo a segurança da comunidade. A empresa deverá apresentar os comprovantes de descarte correto em locais licenciados, conforme as exigências legais.

## **4. DA ESCOLHA DO CONTRATADO**

---





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

Para contratação de empresa especializada em limpeza de poço artesiano, será contratada de forma eletrônica pelo site BLL empresa que apresentar o menor preço

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

---

#### **5.1. Resultados pretendidos a contratação:**

---

A contratação dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano pretende garantir a melhoria da qualidade da água fornecida, assegurando que esteja em conformidade com os padrões de potabilidade e livre de contaminações. Além disso, busca-se aumentar a eficiência operacional do sistema de bombeamento, prevenindo obstruções e desgastes prematuros, o que resultará em maior durabilidade dos equipamentos. Outro resultado esperado é o cumprimento rigoroso das normas sanitárias e ambientais, evitando sanções legais e garantindo a segurança das operações. Por fim, espera-se obter um relatório técnico detalhado que documente as condições do poço e forneça recomendações para manutenções futuras.

#### **5.2. Forma de execução do contrato**

---

Fornecimento imediato.

#### **5.3. Prazo de vigência do contrato e limite para a renovação (quando houver)**

---

O contrato terá uma vigência inicial de 12 meses, cobrindo tanto a execução dos serviços quanto o período de garantia e suporte técnico. Caso haja necessidade, o contrato poderá ser renovado, desde que ambas as partes concordem e a renovação seja solicitada com pelo menos 30 dias de antecedência ao término do contrato vigente. A renovação dependerá de uma avaliação das necessidades futuras e do desempenho da empresa contratada durante o período inicial.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

---

000023



### **6.1. Requisitos anteriores à execução**

---

Não se aplica.

#### **6.1.1. Garantia financeira do contrato:**

Não se aplica.

### **6.2. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle**

---

A gestão do contrato será realizada por meio de uma metodologia de acompanhamento contínuo, com o objetivo de assegurar que todos os serviços sejam executados conforme os padrões de qualidade, prazo e custo estabelecidos.

### **6.3. Obrigações específicas do contratado**

---

O contratado tem várias obrigações específicas a serem cumpridas para assegurar a qualidade e a conformidade dos serviços prestados. Inicialmente, é responsável por realizar a limpeza e manutenção do poço artesiano conforme as especificações técnicas acordadas, utilizando equipamentos e produtos apropriados. Deve garantir que os serviços atendam aos padrões estabelecidos e às normas sanitárias e ambientais vigentes, incluindo a realização de testes de qualidade da água e a correção de quaisquer não conformidades identificadas. Além disso, é obrigado a fornecer relatórios detalhados sobre as atividades realizadas, incluindo um relatório técnico final que documente as condições do poço antes e após os serviços, os resultados dos testes e as recomendações para futuras manutenções. O contratado também deve oferecer uma garantia mínima de 12 meses após a conclusão dos serviços, cobrindo quaisquer falhas ou problemas decorrentes da execução inadequada. A assistência técnica durante o período de garantia é outra obrigação, bem como o respeito aos prazos estabelecidos e a adoção de práticas seguras durante a execução dos serviços, incluindo o descarte adequado dos resíduos gerados.

### **6.4. Obrigações específicas do Município:**

---



Não se aplica.

### **6.5. Requisitos posteriores à execução:**

---

Após a execução dos serviços, é essencial que todos os requisitos sejam cumpridos para garantir a conclusão satisfatória do contrato. O Município irá confirmar que todos os serviços foram realizados conforme os termos estabelecidos e que o poço está em conformidade com os padrões de qualidade exigidos, com base na inspeção e nos relatórios fornecidos. É necessário receber e arquivar toda a documentação relativa à garantia dos serviços prestados, incluindo certificados e comprovantes de garantia financeira, e garantir que todos os detalhes sobre a assistência técnica e os termos de garantia sejam compreendidos. Além disso, o Município irá realizar uma avaliação do desempenho da empresa contratada e fornecer feedback, se necessário, para futuras referências e melhorias no processo de contratação. É importante certificar-se de que todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços foram descartados de acordo com as normas ambientais, conforme comprovado pela empresa contratada. Por fim, implementar um plano de manutenção programada para o poço artesiano com base nas recomendações fornecidas no relatório técnico ajudará a garantir a continuidade da eficiência e da qualidade do sistema.

### **6.6. Infrações e penalidades do Contrato**

---

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ****CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

<b>INFRAÇÃO COMETIDA</b>	<b>PENALIDADE</b>	<b>PRAZO</b>
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

**7. EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA A CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE DISPENSA – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**

- Cópia do contrato social;
- Alvará de localização;
- CND Receita Federal;
- CRF-FGTS Caixa Econômica Federal;
- CND Municipal;
- CND Estadual;
- CNDT-TST
- Cartão CNPJ/MF
- Certidão simplificada da junta comercial;
- Certidão de falência e concordata;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: [gabinete@ivai.pr.gov.br](mailto:gabinete@ivai.pr.gov.br)

**8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

---

**8.1. Prazo de pagamento:**

---

O prazo de pagamento será de 30 dias, a partir da emissão da nota fiscal fornecida pela empresa.

**8.2. Haverá Remuneração Variável?**

---

☐

Sim

☒

Não

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

---

**9.1. Valor estimado total da contratação:**

---

Aproximadamente R\$ 37.613,33 (trinta e sete mil, seiscentos e treze, e trinta e três centavos.)

**9.2. Data da conclusão da formação de preço:**

---

26 de Setembro de 2024.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

---

**10.1. Previsão orçamentária para a contratação**

---

Existe previsão orçamentária.

**10.2. Rubrica orçamentária para a contratação**

---

Conforme documento anexo.

**11. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO**

---

Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Ivaí- PR, 27 de Setembro de 2024.

-----  
**Luciano Tomachevski**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR  
Site: [www.ivaí.pr.gov.br](http://www.ivaí.pr.gov.br) email: [licitacao@ivaí.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivaí.pr.gov.br)

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal

Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

**Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:**

**Comissão Permanente de Licitação:**

Alexandro Kovalczuk  
Egislaine Zubacz  
Márcia Luciene Kobilarz  
Patrícia Bobek  
Reginaldo Koryelo  
Sérgio Canterl

**Pregoeira:**

Marcia Luciene Kobilarz

**Pregoeira Substituta:**

Keila Storer Bueno

**Presidente Municipal de Licitação:**

Marcia Luciene Kobilarz

**Presidente Municipal de Licitação substituta:**

Keila Storer Bueno

**Agente de Contratação:**

Marcia Luciene Kobilarz

**Agente de Contratação substituta:**

Keila Storer Bueno

**Equipe de Apoio:**

Alexandro Kovalczuk  
Bianca Vitória Antunes da Silva  
Cristiane Kovalczuk  
Egislaine Zubacz  
João Aurélio Stüpp  
José Eraldo Graniska  
Keila Storer Bueno  
Márcio Marques  
Mayara Francini Kolitski  
Patrícia Bobek  
Sara Reifur  
Sérgio Canterl  
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO  
Prefeito Municipal

000028

000023



Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de janeiro de 2024.

**GILSON JOSÉ DE GÓIS**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**LARA FERNANDA DA SILVA**  
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:  
Allan Thaler Domingos  
Código Identificador:32103F7B

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**PORTARIA Nº 002/2024 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.**

**PORTARIA Nº 002/2024**

Símula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kowalczyk  
Egislaine Zubacz  
Márcia Luciene Kobilarz  
Patrícia Bobek  
Reginaldo Koryelo  
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Márcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Márcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Keila Storer Bueno

Agente de Contratação:

Márcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Keila Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kowalczyk  
Bianca Vitória Antunes da Silva  
Cristiane Kowalczyk  
Egislaine Zubacz  
João Aurélio Stüpp  
José Eraldo Graniska  
Keila Storer Bueno  
Márcio Marques  
Mayara Francini Kolitski  
Patrícia Bobek  
Sara Reifur  
Sérgio Canteri  
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Márcia Luciene Kobilarz  
Código Identificador:E64C5186

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**PORTARIA Nº 003/2024 SÚMULA: DESIGNA FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE 2024.**

**PORTARIA Nº 003/2024**

Símula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Daltro Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;  
José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;  
Luiz Carlos Lemes - Secretária Municipal de Administração;  
Marcio Grochowski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;  
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolyn Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;  
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;  
Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;  
Jelson Stombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
Marcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;  
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.

PREȚUL LA MUNCĂ DE REZERVĂ

ESTADO RIBEIRO  
Município de Penatins  
do Paraná

Estado de Paraná

000020

\_\_\_\_\_



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA N° 003/2024

*Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.*

*O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,*

*Resolve:*

*Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.*

**Gestores:**

*Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;*

*Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;*

*José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;*

*Luiz Carlos Lemes - Secretária Municipal de Administração;*

*Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;*

*Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;*

*Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;*

*Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;*

**Fiscais:**

*Carolyne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;*

*Cristiane Kovalczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;*

*Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;*

*Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;*

*Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;*

*Marcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;*

*Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;*

*Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;*

*Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.*

*Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.*

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO  
Prefeito Municipal

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de janeiro de 2024.

**GILSON JOSÉ DE GÓIS**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**LARA FERNANDA DA SILVA**  
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:  
Allan Thaler Domingos  
Código Identificador:32103F7B

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**PORTARIA Nº 002/2024 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.**

**PORTARIA Nº 002/2024**

*Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.*

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kowalczyk  
Egislaine Zubacz  
Márcia Luciene Kobilarz  
Patrícia Bobek  
Reginaldo Koryelo  
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Márcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Márcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Keila Storer Bueno

Agente de Contratação:

Márcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Keila Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kowalczyk  
Blanca Vitória Antunes da Silva  
Cristiane Kowalczyk  
Egislaine Zubacz  
João Aurélio Stüpp  
José Eraldo Graniska  
Keila Storer Bueno  
Márcio Marques  
Mayara Francini Kolitski  
Patrícia Bobek  
Sara Reifur  
Sérgio Canteri  
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Márcia Luciene Kobilarz  
Código Identificador:E64C5186

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**PORTARIA Nº 003/2024 SÚMULA: DESIGNA FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE 2024.**

**PORTARIA Nº 003/2024**

*Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.*

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;  
José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;  
Luiz Carlos Lemes - Secretária Municipal de Administração;  
Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;  
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolyne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;  
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;  
Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;  
Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
Marcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;  
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
Wicta Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.



Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**

Prefeito Municipal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador: E2552A85

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO****PORTARIA Nº 004/2024 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024.****PORTARIA Nº 004/2024***Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2024.**O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,**Resolve:**Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2024, será assim composta:**Carolynne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;  
Cristiane Kovaleczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;  
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;  
Marcia Grochaski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
William Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;  
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.**Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0024/2023, de 03/01/2024.*

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2024.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**

Prefeito Municipal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador: 977EBFE0

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO****4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 306/2021 LICITAÇÃO Nº 186/2021 PREGÃO Nº 130/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021****4º TERMO ADITIVO****CONTRATO Nº 306/2021****LICITAÇÃO Nº 186/2021****PREGÃO Nº 130/2021****PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021***O Município de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí - Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, brasileiro, casado, residente em Ivaí - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominadas CONTRATANTES, e a empresa FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Rui Barbosa, nº 440, Centro, Ivaí/PR, 84460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.095.456/0001-95, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora Fernanda Caroline Bueno Pereira, brasileira, casada, residente à Rua Rui Barbosa, nº 450, Centro, em Ivaí/PR, portadora da cédula de**identidade nº 10.984.127-7 SSP/PR, do CPF/MF nº 089.473.959-00, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:***OBJETO:** Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapia) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, - Lote 003.**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 28/02/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.*Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.*

Ivaí (PR), 22 de dezembro de 2023.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -**

Prefeito Municipal

**FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA -**

Representante Legal

Publicado por:

Karen Zelinda Dos Santos

Código Identificador: F934C017

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024****PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024****REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024***(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)***Tipo de licitação: MENOR PREÇO.****OBJETO:** Locação de som de pequeno porte para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes.**Data limite para acolhimento de PROPOSTA:** 17/01/2024 - 13h45min.**Data de início da fase de LANCES:** 17/01/2024 - a partir das 14h00min.**Endereço eletrônico:** <http://www.bilecompras.org.br>**Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:** Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br)

Ivaí, 03 de janeiro de 2024

**MARCIA LUCIENE KOBILARZ -**

Agente de Contratação

Publicado por:

Keila Storer Bueno

Código Identificador: A898208A

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024****PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024****REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024***(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)***Tipo de licitação: MENOR PREÇO.****OBJETO:** Aquisição de tonners, peças e tintas para uso das Escolas Municipais.**Data limite para acolhimento de PROPOSTA:** 18/01/2024 - 13h45min.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaí.pr.gov.br](http://www.ivaí.pr.gov.br) email: [licitacao@ivaí.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivaí.pr.gov.br)

**PORTARIA Nº 004/2024**

**Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de  
Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício  
de 2024.**

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

**Resolve:**

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2024, será assim composta:

Carolynne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;  
Cristiane Kovalczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;  
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;  
Marcio Grochoski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
William Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;  
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 134/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO  
Prefeito Municipal



Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Márcia Luciene Kobilarz  
Código Identificador: E2552A85

#### DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**PORTARIA Nº 004/2024 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024.**

**PORTARIA Nº 004/2024--**

*Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2024.*

*O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,*

*Resolve:*

*Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivai durante o exercício de 2024, será assim composta:*

*Carolne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;  
Cristiane Kowalczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;  
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;  
Marcio Grochoski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
William Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;  
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.*

*Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0024/2023, de 03/01/2024.*

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2024.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Márcia Luciene Kobilarz  
Código Identificador: 977EBFE0

#### DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 306/2021 LICITAÇÃO Nº 186/2021 PREGÃO Nº 130/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021**

**4º TERMO ADITIVO  
CONTRATO Nº 306/2021  
LICITAÇÃO Nº 186/2021  
PREGÃO Nº 130/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021**

*O Município de Ivai, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivai - Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, brasileiro, casado, residente em Ivai - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715 210.549-91, a seguir denominados CONTRATANTES, e a empresa FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Rui Barbosa, nº 440, Centro, Ivai/PR, 84460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.095.456/0001-95, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora Fernanda Caroline Bueno Pereira, brasileira, casada, residente à Rua Rui Barbosa, nº 450, Centro, em Ivai/PR, portadora da cédula de*

*identidade nº 10.984.127-7 SSP/PR, do CPF/MF nº 089.473.959-00, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:*

**OBJETO:** Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. - Lote 003.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 28/02/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

*Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.*

Ivai (PR), 22 de dezembro de 2023.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -**  
Prefeito Municipal

**FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA -**  
Representante Legal

Publicado por:  
Karen Zelinda Dos Santos  
Código Identificador: F934C017

#### DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024**

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024**  
(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

**OBJETO:** Locação de som de pequeno porte para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 17/01/2024 - 13h45min.

Data de início da fase de LANCES: 17/01/2024 - a partir das 14h00min.

Endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br)

Ivai, 03 de janeiro de 2024

**MARCIA LUCIENE KOBILARZ -**  
Agente de Contratação

Publicado por:  
Keila Storer Bueno  
Código Identificador: A898208A

#### DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024**

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024**  
(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

**OBJETO:** Aquisição de tonners, peças e tintas para uso das Escolas Municipais.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 18/01/2024 - 13h45min.





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024

Processo administrativo nº 054/2024

Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

---

1.1 Objeto do certame: **Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de Poço Artesiano da localidade de Lageado.**

1.2 Data do certame e horário:

**1.3 De XX/XX/2024 às 8h00min**

**1.4 Até XX/XX/2021 às 8h00min**

1.5 PERÍODO DE LANCES:

**1.6 De XX/XX/2024 às 8h15min**

**1.7 Até XX/XX/2024 às 14h15min**

1.8 Prazo de etapa de lances: 06 (seis) horas.

1.9 Valor estimado total da contratação: **R\$ 37.613,33 (trinta e sete mil, e seiscentos e treze reais e trinta e três centavos).**

1.10 Rito da seleção: Dispensa de licitação.

1.11 Forma da seleção: ELETRÔNICA

1.12 Local do certame: <https://bllcompras.com/Home/Login>

1.13 Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

1.14 Modo de disputa: Dispensa eletrônica.

1.15 Ordem das etapas: RITO PROCEDIMENTAL COMUM

1.16 Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE: Sim

88000034



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 1.17 Legislação aplicável: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 025/2023, Decreto Municipal nº 028/2023, Decreto Municipal nº 029/2023 e Decreto Municipal nº 030/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

---

### **2.1. Poderão participar desta licitação:**

- 2.1.1. Os interessados ramo de atividade compatível com o objeto licitado que estiverem previamente credenciados na plataforma da BLL (Bolsa de Licitações do Brasil) e cadastrarem proposta até o horário previsto para o início da sessão.
- 2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **2.2. Não poderão disputar esta licitação:**

- 2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

## CNPJ 76.175.918/0001-33

agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O impedimento de que trata o item 2.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.2 e 2.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6. O disposto nos itens 2.2.2 e 2.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. A vedação de que trata o item 2.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

000034



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

---

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

3.2.1. está ciente, cumpre e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1. Quando houver item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**000035**





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

---

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados (valor/marca/modelo/quantidade), sem incluir informação que possa identificar a sua empresa.

4.2. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Não será permitido ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

---

5.1. A partir das 8h15min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.*

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,1% (*um décimo por cento*).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

000036



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 5. DA FASE DE JULGAMENTO

---

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1. SICAF;

5.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto no edital.

5.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

5.6.1. conter vícios insanáveis;

5.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

- 5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 5.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 5.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 6.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam disponíveis no SICAF, ou disponíveis nos respectivos portais, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado por igual período.
- 6.4. Preferencialmente todos os documentos de habilitação deverão constar no SICAF.
- 6.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: será verificada por meio do SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:
- 6.6. Cópia do contrato social;
- 6.7. Alvará de localização;

000037



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 6.8. CND Receita Federal;
- 6.9. CRF-FGTS Caixa Econômica Federal;
- 6.10. CND Municipal;
- 6.11. CND Estadual;
- 6.12. CNDT-TST
- 6.13. Cartão CNPJ/MF
- 6.14. Certidão simplificada da junta comercial;
- 6.15. Certidão de falência e concordata;

6.16. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

6.17. Em sendo permitida a participação, o consórcio deverá apresentar junto com documentos de habilitação um compromisso de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, nos termos previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e demais condições dispostas na Lei.

6.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.21. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.22. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.23. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.24. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

6.24.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.24.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.25. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.26. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.27. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.28. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **7. CONTRATAÇÃO**

---

7. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

*7.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.*

7.1.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

000038



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

7.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

---

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

8.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

8.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

8.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8.1.5. fraudar a licitação

8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

8.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 8.2.1. advertência;
- 8.2.2. multa;
- 8.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.

8.8. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

9. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

9.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

9.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

9.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

9.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

9.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

9.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

9.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ivaí.pr.gov.br/>.

9.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.10.1. ANEXO I – Especificação do Objeto e Valor máximo estimado

9.10.2. ANEXO I - Termo de Referência

9.10.3. ANEXO III – Modelo da Proposta

9.10.4. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

Ivaí - PR, 27 de setembro de 2024.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO  
Prefeito de Ivaí-PR

000040



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO I

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024

### ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E VALOR MÁXIMO ESTIMADO

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

---

9.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado.

#### 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

---

##### 2.1. Especificação e quantidades:

---



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33



Município de Ivaí  
Solicitação 279/2024

Unidade: Página: 1

Solicitação		Entido em		Quantidade de itens
Número	Tipo			
279	Aquisição de Material	30/09/2024		1
Solicitante		Processo Gerado		
Código	Nome	Número		
12189-4	LUCIANO TOMACHEVSKI	551/2024		
Local				
1052 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
Órgão				
05 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE				
Forma de pagamento				
Descrição		Tipo		
A PRAZO		Depósito bancário		
Entrega		Prazo		
Local		0 Dias		

**Descrição:**  
Contratação de empresa especializada para realizar limpeza do poço artesiano.

**Justificativa:**  
É necessária para assegurar que o sistema continue a operar de forma eficiente e segura.

Lote					
001 Lote 001					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048863	Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço	SERV	1,00	37.613,33	37.613,33
	Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço artesiano.				
TOTAL					37.613,33
TOTAL GERAL					37.613,33

000041



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

---

- Secretaria demandante: Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
- Responsável: Luciano Tomachevski.

#### 2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

---

##### 2.1. Objeto a ser contratado

---

Contratação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado.

##### 2.2. Natureza do objeto

---

Serviço comum de Engenharia

##### 2.3. Fundamento da contratação

---

O presente processo se trata de uma dispensa baseada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a qual não possuirá a realização de Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 025/2023. Ainda, todas as informações necessárias estarão presente neste documento.

##### 2.4. Justificativa da contratação

---

A presente contratação é de extrema importância, tendo em vista que o poço da localidade de Lageado está com problema que por conta do grande utilidade ao longo dos anos o desgaste foi se intensificando sendo inevitável a manutenção deste, pois há um grande acúmulo de sedimentos detritos e microorganismos no interior do poço, comprometendo a potabilidade da água e reduzindo a eficiência do sistema de bombeamento. A ausência desta limpeza pode levar piorar à contaminação da água, o desgaste dos equipamentos e à redução da capacidade de bombeamento, resultando em maiores custos operacionais e potenciais riscos à saúde. Além disso, a manutenção do poço é uma exigência para o cumprimento das normas sanitárias vigentes, evitando sanções e garantindo a conformidade legal. Portanto, a contratação se justifica pela necessidade de preservar a qualidade da água, assegurar a operação eficiente do sistema e cumprir com as regulamentações aplicáveis, minimizando riscos e custos a longo prazo. Requisitos da contratação



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 2.5. Análise de riscos da contratação

Fica dispensada a análise de risco nas dispensas realizadas com base no art. 75, incisos I e II, da Lei 14.133/2021, de acordo com o disposto no art. 14 do Decreto Municipal 025/2023.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

### 3.1. Especificação e quantidades da solução:

As especificações do serviço foram baseadas a partir de estudos realizados juntamente com a engenharia, para melhor atender a necessidade que este poço necessita.

QTD	UND	DESCRIÇÃO
1	vb	SAQUE DE INSTALAÇÃO COM DESLOCAMENTO
80	m	LIMPEZA E DESINFECÇÃO EM POÇO ARTESIANO / 0 Á 200 MTS
1	vb	MONTAGEM DE MAQUINA E CANTEIRO DE OBRAS COM DESLOCAMENTO
400	m	REVESTIMENTO INTERNO DE 6 1/2", INSTALADO

### 3.2. Prazo para início da execução do objeto

Será imediato, a partir da publicação do contrato.

### 3.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto

Após os procedimentos o contrato deverá ser executado de forma imediata. A duração estimada para a execução dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano é de **5 a 7 dias úteis**.

### 3.4. Local de entrega ou execução

Localidade de Lageado

### 3.5. Exigências a serem feitas após a entrega/execução?

#### 3.5.1. Garantia exigida do objeto e prazo:

000042





# **MUNICÍPIO DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Após a execução dos serviços, será exigida uma garantia mínima de 12 meses sobre o trabalho realizado. Durante este período, a empresa contratada deverá corrigir, sem custos adicionais, qualquer falha ou problema decorrente da execução inadequada dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano. A garantia cobre a integridade do serviço realizado, assegurando que a qualidade da água e a eficiência do sistema de bombeamento sejam mantidas conforme os padrões estabelecidos.

### **3.5.2. Condições de assistência técnica:**

A empresa contratada deverá disponibilizar assistência técnica especializada durante o período de garantia. Em caso de qualquer problema ou irregularidade no poço artesiano, a assistência técnica deve ser acionada prontamente, com atendimento no prazo máximo de 48 horas após a solicitação. A assistência técnica inclui a realização de inspeções adicionais, reparos necessários, e orientações sobre a operação do sistema, garantindo o pleno funcionamento do poço e a satisfação da contratante.

### **3.5.3. Exige respeito às normas específicas de descarte?Quais são as normas específicas de descarte?**

Sim, exige-se o respeito às normas específicas de descarte de resíduos gerados durante o processo de limpeza e manutenção do poço artesiano. A empresa contratada deve seguir rigorosamente as normas ambientais e sanitárias vigentes, como a Resolução CONAMA nº 430/2011, que dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, e a NBR 10004/2004 da ABNT, que classifica os resíduos sólidos. Todos os resíduos, incluindo lodo, sedimentos e produtos químicos utilizados, devem ser coletados, transportados e descartados de acordo com as normas específicas, evitando a contaminação do meio ambiente e garantindo a segurança da comunidade. A empresa deverá apresentar os comprovantes de descarte correto em locais licenciados, conforme as exigências legais.

## **4. DA ESCOLHA DO CONTRATADO**

---

Para contratação de empresa especializada em limpeza de poço artesiano, será contratada de forma eletrônica pelo site BLL empresa que apresentar o menor preço



# **MUNICÍPIO DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

---

### **5.1. Resultados pretendidos a contratação:**

---

A contratação dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano pretende garantir a melhoria da qualidade da água fornecida, assegurando que esteja em conformidade com os padrões de potabilidade e livre de contaminações. Além disso, busca-se aumentar a eficiência operacional do sistema de bombeamento, prevenindo obstruções e desgastes prematuros, o que resultará em maior durabilidade dos equipamentos. Outro resultado esperado é o cumprimento rigoroso das normas sanitárias e ambientais, evitando sanções legais e garantindo a segurança das operações. Por fim, espera-se obter um relatório técnico detalhado que documente as condições do poço e forneça recomendações para manutenções futuras.

### **5.2. Forma de execução do contrato**

---

Fornecimento imediato.

### **5.3. Prazo de vigência do contrato e limite para a renovação (quando houver)**

---

O contrato terá uma vigência inicial de 12 meses, cobrindo tanto a execução dos serviços quanto o período de garantia e suporte técnico. Caso haja necessidade, o contrato poderá ser renovado, desde que ambas as partes concordem e a renovação seja solicitada com pelo menos 30 dias de antecedência ao término do contrato vigente. A renovação dependerá de uma avaliação das necessidades futuras e do desempenho da empresa contratada durante o período inicial.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

---

### **6.1. Requisitos anteriores à execução**

---

Não se aplica.

#### **6.1.1. Garantia financeira do contrato:**

Não se aplica.

000043



# **MUNICÍPIO DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

## **6.2. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle**

---

A gestão do contrato será realizada por meio de uma metodologia de acompanhamento contínuo, com o objetivo de assegurar que todos os serviços sejam executados conforme os padrões de qualidade, prazo e custo estabelecidos.

## **6.3. Obrigações específicas do contratado**

---

O contratado tem várias obrigações específicas a serem cumpridas para assegurar a qualidade e a conformidade dos serviços prestados. Inicialmente, é responsável por realizar a limpeza e manutenção do poço artesiano conforme as especificações técnicas acordadas, utilizando equipamentos e produtos apropriados. Deve garantir que os serviços atendam aos padrões estabelecidos e às normas sanitárias e ambientais vigentes, incluindo a realização de testes de qualidade da água e a correção de quaisquer não conformidades identificadas. Além disso, é obrigado a fornecer relatórios detalhados sobre as atividades realizadas, incluindo um relatório técnico final que documente as condições do poço antes e após os serviços, os resultados dos testes e as recomendações para futuras manutenções. O contratado também deve oferecer uma garantia mínima de 12 meses após a conclusão dos serviços, cobrindo quaisquer falhas ou problemas decorrentes da execução inadequada. A assistência técnica durante o período de garantia é outra obrigação, bem como o respeito aos prazos estabelecidos e a adoção de práticas seguras durante a execução dos serviços, incluindo o descarte adequado dos resíduos gerados.

## **6.4. Obrigações específicas do Município:**

---

Não se aplica.

## **6.5. Requisitos posteriores à execução:**

---



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Após a execução dos serviços, é essencial que todos os requisitos sejam cumpridos para garantir a conclusão satisfatória do contrato. O Município irá confirmar que todos os serviços foram realizados conforme os termos estabelecidos e que o poço está em conformidade com os padrões de qualidade exigidos, com base na inspeção e nos relatórios fornecidos. É necessário receber e arquivar toda a documentação relativa à garantia dos serviços prestados, incluindo certificados e comprovantes de garantia financeira, e garantir que todos os detalhes sobre a assistência técnica e os termos de garantia sejam compreendidos. Além disso, o Município irá realizar uma avaliação do desempenho da empresa contratada e fornecer feedback, se necessário, para futuras referências e melhorias no processo de contratação. É importante certificar-se de que todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços foram descartados de acordo com as normas ambientais, conforme comprovado pela empresa contratada. Por fim, implementar um plano de manutenção programada para o poço artesiano com base nas recomendações fornecidas no relatório técnico ajudará a garantir a continuidade da eficiência e da qualidade do sistema.

## 6.6. Infrações e penalidades do Contrato

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
-------------------	------------	-------



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

## 7. EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA A CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE DISPENSA – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

- Cópia do contrato social;
- Alvará de localização;
- CND Receita Federal;
- CRF-FGTS Caixa Econômica Federal;
- CND Municipal;
- CND Estadual;
- CNDT-TST
- Cartão CNPJ/MF
- Certidão simplificada da junta comercial;
- Certidão de falência e concordata;

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 8.1. Prazo de pagamento:

---

O prazo de pagamento será de 30 dias, a partir da emissão da nota fiscal fornecida pela empresa.

Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

## 8.2. Haverá Remuneração Variável?

---

☐ Sim ☒ Não

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

---

### 9.1. Valor estimado total da contratação:

---

Aproximadamente R\$ 37.613,33 (trinta e sete mil, seiscentos e treze reais e trinta e três centavos.)

### 9.2. Data da conclusão da formação de preço:

---

26 de Setembro de 2024.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

---

### 10.1. Previsão orçamentária para a contratação

---

Existe previsão orçamentária.

### 10.2. Rubrica orçamentária para a contratação

---

Conforme documento anexo.

## 11. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

---

Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Ivaí- PR, 27 de Setembro de 2024.

-----  
Luciano Tomachevski

000045



# **MUNICÍPIO DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO III

### MODELO DE PROPOSTA

#### 1. DADOS DO FORNECEDOR

Razão social: ..... CNPJ: ..... Endereço: ..... E-mail: ..... Telefone: .....

#### 2. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome: .....

CPF: .....

Declaração de estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, de que, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa:

☐ declaramos que SIM

#### 3. INFORMAÇÕES DA PROPOSTA AJUSTADA

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
					Unitário	Total
01						
02						
Preço total geral						

valor total geral por extenso: .....

#### 4. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.

Data: .....

Nome do fornecedor  
Nome do Responsável  
(assinatura)

000046





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO IV

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../ , QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR, E

.....

MUNICÍPIO DE IVAÍ, com sede no(a)....., na cidade de  
..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste  
ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº ,  
de .... de ..... de 20..., CPF: ..... e RG: ....., doravante  
denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº  
....., sediado(a) na ....., em ..... doravante  
designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e  
função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentad  
nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância  
às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 025 e 029/2023 e  
demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do  
Processo Licitatório \_\_\_\_/\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA 1ª: OBJETO (art. 92, I e II)

1.1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para prestação de  
serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado, nas condições  
estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					

1.1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital de Licitação;
- A Proposta do contratado; e
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação do

2.2. extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo permitida a  
prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O prazo de execução/entrega será de 05 dias, de acordo com o previsto no termo de  
referência.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

- 2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## CLÁUSULA 3ª: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA 4ª: SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA 5ª: PREÇO

5.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ ....., incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

5.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## CLÁUSULA 6ª: PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento ocorrerá em até 30 dias, contados da data de entrega do objeto, ou prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

## CLÁUSULA 7ª: REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/09/2024 (vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

7.3. INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8.

7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA 8ª: CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, à suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

8.10. A Administração terá o prazo de 15 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA 9ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

000048



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## **CLÁUSULA 10ª: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:
- 10.2. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;
- 10.3. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- 10.4. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- 10.5. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- 10.6. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- 10.7. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
- 10.8. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

- 10.9. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- 10.10. as informações sobre os titulares envolvidos;
- 10.11. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- 10.12. os riscos relacionados ao incidente;
- 10.13. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- 10.14. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
- 10.15. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;
- 10.16. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;
- 10.17. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
- 10.18. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
- 10.19. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e
- 10.20. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.
- 10.21. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

## **CLÁUSULA 11ª: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA 12ª: CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 12.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 12.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 12.4. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após anegociação;
    - 12.5. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 12.6. 12.1.2.5.apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação fraudar a licitação
- 12.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei; 12.1.6.2.induzir deliberadamente a erro no julgamento; 12.1.6.3.apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.14. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.15. advertência;
- 12.16. multa;
- 12.17. impedimento de licitar e contratar e
- 12.18. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.19. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.20. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.21. as peculiaridades do caso concreto
- 12.22. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.23. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.24. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.25. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 12.26. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.27. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

12.28. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VIII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.

12.29. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

12.30. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

12.31. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.32. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.33. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

2.34. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **CLÁUSULA 13ª: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

13.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## CLÁUSULA 14ª: CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação a seguir discriminada:

05001206062001201433903900000 0590

## CLÁUSULA 15ª: DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA 16ª: ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA 17ª: PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## CLÁUSULA 18ª: FORO (art. 92, §1º)

18.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Ibituva/Pr.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Ivaí-PR, ..... de ..... de .....

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF

Assinatura:

Nome:

CPF

Assinatura



000051



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

## PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 001/2024

ASSUNTO: DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR (ART. 75, I e II)

EMENTA: PARECER REFERENCIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR, NA FORMA PRESENCIAL OU ELETRÔNICA. ARTIGO 75, I, II §3º DA LEI 14.133/2021. CHECKLIST DE DOCUMENTOS. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDA JURÍDICA SOBRE A CONTRATAÇÃO.

### I. RELATÓRIO

Trata-se de parecer referencial a ser aplicado pela Administração Pública Municipal em processos de contratação direta, por dispensa de licitação em razão de valor, com fulcro no art. 75, incisos I, II e § 3º da Lei nº 14.133/2021.

A dispensa de parecer jurídico individualizado possui regulamentação no âmbito do Município, no Decreto Municipal nº 235/2024 e Ato nº 001/2024 da Procuradoria-Geral do Município, em atendimento ao controle prévio de legalidade dos processos licitatórios, das contratações diretas, dos instrumentos congêneres e de seus termos aditivos, na forma do art.53 da Lei n.14.133/2021.

Ainda que, em regra, tal manifestação deve ocorrer de forma individualizada, visando a apreciação de todos os elementos necessários à efetivação de cada contratação ou alteração contratual, excepcionalmente, na forma estabelecida pelo §5º do art.53 da Lei n. 14.133/2021, será dispensável a emissão de opinião de forma individualizada, nos casos de contratação de baixo valor, baixa complexidade a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Em tais casos, a padronização de análise jurídica permitirá a dispensa de emissão de opinião jurídica individualizada, desde que atestado pela

000052



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

Administração, expressamente, o preenchimento dos requisitos e recomendações previstas neste parecer referencial, na lista de verificação específica para a contratação e na minuta pré-aprovada de edital ou aviso de dispensa, quando for o caso, bem como minuta de contrato ou ata de registro de preços, quando não dispensado termo contratual, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de eficácia plena do Ato nº 001/2024 da Procuradoria-Geral do Município (art. 7º), será emitido o presente parecer referencial e seus anexos.

É o breve relatório.

## **II. DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DA ANÁLISE JURÍDICA E DO CABIMENTO DO PARECER JURÍDICO REFERENCIAL**

Inicialmente, salienta-se que a emissão de Parecer Jurídico Referencial é plenamente cabível, conforme regulamentação municipal, bem como, o caso concreto amolda-se a matéria de análise recorrente por esta assessoria, sendo sua utilização, condizente com o princípio constitucional da eficiência (art. 37, *caput*), que visa dar maior celeridade aos serviços administrativos.

No presente caso, a análise de processos administrativos que visam à instrução da contratação direta, devido ao pequeno valor, constitui matéria recorrente no âmbito do órgão público, ensejando grande volume de expedientes similares.

Além disso, a matéria versada possui baixa complexidade, pois trata de conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, facilmente compreendida pelo parecer referencial, que fica circunscrito às situações que se amoldam ao seu escopo, devendo as hipóteses não abarcadas pelos seus termos ou aquelas que ensejem dúvida jurídica específica por parte do gestor serem submetidas à consultoria jurídica.

Feitas tais considerações, destaca-se que o escopo aqui empreendido, se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, econômica e financeira, próprios do mérito da Administração, e, portanto, alheios às atribuições desta Procuradoria.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Ademais, nos termos do art. 3º, II e IV da Lei Municipal nº 951/2010, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente. Tampouco cabe a esta Procuradoria Geral examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

De mais a mais, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da correlação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, podendo ser aplicável à advocacia pública municipal:

## Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Rafael Sérgio Lima de Oliveira, pontua que o termo “controle” foi mal-empregado no art. 53, *caput* da nova legislação e deve ser visto sob o ângulo de quem o exerce, que é justamente a assessoria jurídica, e esta, tal e qual como a consultoria, é atividade privativa de advogados (art. 1º, inciso II, da Lei 8.906/1994), não se relacionando com a tarefa de controle interno.

O autor ainda faz importantes constatações quanto a postura do parecerista:

(...) a postura do Assessor Jurídico é a de apoiar a gestão no sentido de viabilizar a política desejada pelo Gestor. Obviamente, que tal apoio deve sempre seguir nos trilhos da juridicidade, não se cogitando do suporte jurídico com o intuito de maquiagem qualquer ilegalidade. Com isso, se o anseio do Administrador Público é cometer atos que ferem a ordem jurídica, cabe ao



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

Assessor Jurídico fazer constar em sua manifestação o desalinhamento da postura planejada com a ordem legal e sugerir, caso exista, a alternativa legal capaz de concretizar os planos do encarregado pela gestão. Isso indica que o Assessor Jurídico deve ter um compromisso com a gestão pública, e não com a pessoa do Gestor. Claro que cabe ao Administrador legalmente investido no cargo escolher as opções dentro dos limites legais de oportunidade e conveniência. Tais escolhas devem sempre ser respeitadas pelo órgão de assessoramento jurídico. Essa postura respeitosa envolve, inclusive, empenho no sentido de estudo e pesquisa, para conhecer as opções jurídicas e as apresentar à autoridade decisória para a sua consideração.

Ainda, convém sublinhar que parte das observações expendidas por este núcleo de assessoramento jurídico não passam de recomendações, com vistas a salvaguardar a autoridade administrativa assessorada, pois a análise prévia da assessoria jurídica, embora obrigatória, não é vinculativa, de modo que este dela poderá o gestor divergir.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro da sua esfera de competências.

No âmbito local, o DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO, previsto legalmente na Lei de nº 1.426/2022<sup>1</sup>, anexo I, possui atribuições próprias de gerenciamento, supervisão e avaliação de todo o processo licitatório.

Ressalte-se, por fim, que os agentes envolvidos na tramitação processual devem possuir competência para a prática dos atos atinentes ao feito, cabendo-lhes aferir a exatidão das informações constantes dos autos, zelando para que todos os atos processuais sejam praticados por aqueles que detenham as correspondentes atribuições.

Assim, este parecer jurídico se limitará à análise jurídica, ou seja, sua adequação à legislação que versa sobre a matéria.

### III. DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DO PARECER JURÍDICO

<sup>1</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/i/ivai/lei-ordinaria/2022/143/1426/lei-ordinaria-n-1426-2022-define-atribuicoes-dos-cargos-em-comissao-criados-pelas-leis-municipais-734-2005-823-2007-842-2008-e-1115-2015?q=734>



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Conforme já elencado, o §5º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021 permite que a autoridade jurídica máxima do órgão jurídico dispense a análise jurídica, desde que considere o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

No âmbito do poder executivo municipal, foi editado o Decreto nº 235/2024 e o Ato nº 001/2024 da Procuradoria-Geral do Município. À luz da regulamentação municipal, é possível a dispensa do Parecer Jurídico:

Art. 1º. DISPENSAR a manifestação jurídica individualizada pela Procuradoria-Geral do Município:

I. **Nas contratações, cujo limite não ultrapasse o disposto no art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021**, desde que observadas as orientações indicadas em Parecer Jurídico referencial específico, na lista de verificação específica para a contratação e na minuta pré-aprovada de edital ou aviso de dispensa, quando for o caso, bem como minuta de contrato ou ata de registro de preços, quando não dispensado termo contratual, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

II. Nas hipóteses expressamente previstas no Decreto Municipal nº 025/2023.

(...)

Parágrafo único: O uso de minutas padronizadas e pré-aprovadas é obrigatório, devendo a sua não utilização ser justificada e indicada a alteração substancial que impossibilitou o uso.

Art. 4º. É de competência do órgão interessado a análise e verificação de conformidade de tais processos, conforme Parecer Referencial, lista de verificação e minutas padronizadas e pré-aprovadas, bem como declarar expressamente que o procedimento foi analisado em conformidade com as disposições previstas neste ato.

Art. 5º. Os valores previstos nos incisos I e II do caput do art. 75 da lei 14.133/21, serão automaticamente atualizados, conforme majoração a ser realizada pelo Chefe do Poder Executivo Federal.

Art. 6º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. A eficácia da dispensa de análise jurídica, disposta no art. 2º I, III e IV deste ato, fica condicionada à publicação de Parecer Referencial, lista de verificação específica para a contratação, minuta pré-aprovada de edital, de contrato e ata de registro de preços, quando for o caso, no Diário Oficial do Município.

Convém destacar também, a dispensa empreendida no Decreto Municipal nº 025/2023, segundo o qual, fica dispensado o Parecer Jurídico, nas contratações mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 75 I e II da Lei nº

000054



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

14.133/2021, até o limite de 10% (dez por cento) do valor limite para a dispensa de licitação, e pelo Decreto nº 029/2023, que dispensa o Parecer jurídico (art. 2º, X), quando existente parecer referencial, nos casos de dispensa e inexigibilidade.

Portanto, plenamente cabível a dispensa de parecer jurídico para as contratações com fulcro nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

## IV. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### a) DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR, ART. 75, I e II, DA LEI 14.133/2021.

A Constituição da República Federativa do Brasil impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cuja finalidade é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração.

Entretanto, a Carta Magna prevê expressamente a existência de casos que excepcionam o dever de licitar, isto é, são os casos das licitações tidas por inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis.

Desta feita, convém observar que a Lei nº. 14.133/2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível.

Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Constituição Federal 1988

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Lei 14.133/2021

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

Disso se extrai que apenas nos casos expressos em lei é viável ao administrador a aquisição de bens ou a contratação de obras ou serviços sem prévio procedimento licitatório, consignando-se que as hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação estão previstas nos arts. 74 e 75 da Lei 14.133/2021, respectivamente.

Convém ressaltar que a realização do certame é a regra, contudo, a própria lei de licitações prevê situações em que é mais vantajoso para a Administração, a formalização da contratação direta, ou seja, sem que haja a necessidade do procedimento licitatório.

Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

Quer dizer, excepcionar a regra de realização de licitação não significa que não haja formalidades a serem observadas pelo administrador e requisitos a serem preenchidos para viabilizar a contratação direta.

Assim, conforme previsão do Artigo 75, inciso I e II, da Lei

000056



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), com atualização dos valores através do Decreto nº 11.871/2023, trouxe em seu texto a possibilidade de realizar dispensa de licitações para contratação que envolva valores inferiores a 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e até R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras.

DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

ANEXO

Art. 75, caput, inciso I R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos).

Art. 75, caput, inciso II R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)

Convém destacar que tais limites, anualmente, são atualizados pelo Chefe do Poder Executivo Federal, aplicando-se automaticamente ao Município de Ivaí-PR.

Diante dos limites previamente definidos em Lei, importante ressaltar a forma de aferição também prevista. Para tanto, destaca-se a condicionante prevista no art. 75, §1º e 2º, vejamos:

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:

I - o **somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;**

II - o **somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.**

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

(...)

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Conforme previsão expressa no **§1º do Art. 75**, para aferição dos



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

valores que atendam a tais preceitos deverá ser observado: I) o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; II) o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

O Decreto Municipal nº 025/2023, em consonância com a Lei de Licitações, assim regulamentou o limite para aferição, **dando ênfase a objetos de mesma natureza ou subelemento de despesa:**

Art. 12. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, **deverá ser observado o somatório do que for despendido no exercício financeiro, em cada unidade gestora, por objetos de mesma natureza ou subelemento de despesa, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.**

Ademais, como observa Jacoby Fernandes o tempo da despesa é o exercício financeiro:

O § 1º estabelece dois critérios para determinar o valor que será utilizado para definir se a contratação pode ou não ser enquadrada nos incisos I e II da norma e, portanto, ser regular a contratação direta sem licitação. Não satisfeito qualquer deles, o enquadramento nos incisos é irregular. O primeiro inciso define o tempo da despesa correspondendo ao exercício financeiro. Textualmente: o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora. Exemplificando: se o gestor vai fazer uma reforma no edifício sede do Tribunal, deve considerar o que vai gastar no exercício, ainda que não contrate tudo de uma só vez. Se for a troca de piso de 15 andares, não poderá consumir o valor limite definido no inciso I e contratar a reforma do piso de 7 andares cujo valor é 100.000 reais e, depois, da conclusão dessa parte, contratar mais 100.000 reais para reforma de outros andares. O limite de valor é definido no inciso, seja inciso I ou II do caput, e o tempo da despesa é o exercício financeiro. **Com isso, não mais subsiste a interpretação de somar o valor do contrato, ainda que fosse serviço contínuo e ultrapassasse o exercício financeiro.** Um outro exemplo: manutenção de elevadores, cujo valor mensal fosse de 5.000 reais, para alguns tribunais não poderia ser enquadrado no inciso I, porque somado todo o valor do contrato, 60 meses, o valor seria superior ao definido no inciso. **Agora pode, porque a lei determina que seja considerado só o exercício financeiro.** O outro limitador do uso do inciso também veio a resolver antiga polêmica. Deve ser considerada a soma das despesas de mesma natureza. Aqui o legislador acolheu nossa proposição no sentido de deixar mais clara a compreensão do que é **despesa de mesma natureza: é a despendida no mesmo ramo de atividade comercial.** Assim, por exemplo, a reforma do edifício referida anteriormente, pode ser contratada até o limite de 100.000 reais e a instalação de piso, por mais 100.000 reais, porque existe no mercado empresa de especialidade diversa do executor da obra anterior. Ainda que os serviços sejam aparentemente integrados, a diferença do ramo de especialidade justifica a contratação separada.

000056



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

Nesses casos, para aferição dos valores referentes a tal limite, a Administração deverá observar o somatório dos valores despendidos no exercício financeiro pela mesma unidade gestora, tomando em vista as despesas realizadas com objetos de mesma natureza (§ 1º), ou, conforme Decreto Municipal em epígrafe, subelemento de despesa (art. 12).

No que se refere a dispensa em razão do valor para manutenção de veículos automotores do próprio órgão ou entidade, incluindo o fornecimento de peças, nos termos do §7º do art. 75, não se aplica o disposto no § 1º do artigo às contratações de até R\$ 9.584,97 (nove mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos), valor anualmente atualizado pelo Chefe do Poder Executivo federal.

Para tanto, salvo exceções previstas na lei, quando da formalização do processo de contratação direta em razão do valor, deve ser acostado nos autos: Documento assinado pela autoridade competente informando que foram observados o somatório do dispêndio no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora e o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade ou subelemento contábil.

Tal medida, evitará a realização de dispensa em razão do valor irregular, afastando o fracionamento de despesa como burla ao processo licitatório, veemente combatida pelos órgãos de controle, pois ainda que possível a dispensa de licitação nos presentes moldes, o planejamento deve ser anual, visando coibir o fracionamento ilegal de despesas, bem como garantir melhor eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, preferencialmente mediante agrupamento de demandas, observado o cronograma estabelecido pelo órgão ou entidade demandante e pela Central de Licitações e Contratos.

A realização de fracionamento indevido, inclusive, é conduta considerada crime de Contratação Direta Ilegal, assim estabelecido pelo art. 337-E do Código Penal, dispositivo incluído no ordenamento pela Lei n.º 14.133/2021, pelo que merece grande atenção pelo ordenador de despesas e



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

responsável pela autorização da contratação.

Dessa forma, devem os autos indicar se a contratação consta do Plano Anual de Contratação, ou justificar a ausência, quando for o caso.

## b) DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (Art. 75, I e II)

A possibilidade de realização de dispensa em razão do valor, nos termos do art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021, deve ser defendida e comprovada pela requisitante e atender aos requisitos formais dispostos na Lei de Licitações.

Sobre o procedimento de contratação direta, o ilustre Justen Filho, adverte:

Tal como afirmado inúmeras vezes, é incorreto afirmar que a contratação direta exclui um "procedimento licitatório". Os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação envolvem, na verdade, um procedimento especial e simplificado para a seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Há uma série ordenada de atos, colimando selecionar a melhor proposta e o contratante mais adequado. "Ausência de licitação" não significa desnecessidade de observar formalidades prévias (tais como verificação da necessidade e conveniência da contratação, disponibilidade de recursos etc). Devem ser observados os princípios fundamentais da atividade administrativa, buscando selecionar a melhor contratação possível, segundo os princípios da licitação.

Diante disto, faz-se extremamente relevante a observância dos requisitos formais de regularidade nos casos de contratação direta por dispensa em razão de valor. Nesses casos, é necessário que o processo observe os elementos previstos, inclusive, no art. 72, da referida Lei, que seguem:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Por sua vez, a regulamentação Municipal, Decreto nº 029/2023, determina a instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade com os seguintes documentos:

Art. 2º O procedimento de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído na seguinte ordem:

I- documento de formalização de demanda com a justificativa para a contratação, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo e, se for o caso, estudo técnico preliminar e análise de riscos;

II- estimativa de despesa e justificativa de preço, nos termos da (indicar regulamento específico);

III- demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

**IV- minuta do contrato, se for o caso;**

V- pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

VI- razão de escolha do contratado;

VII- comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessárias;

VIII- autorização da autoridade competente;

**IX - checklist de conformidade;**

X- parecer jurídico emitido pela Procuradoria-Geral do Município, dispensado na hipótese de parecer referencial;

XI- ato de autorização da contratação pela autoridade competente.

§ 1º O ato que autoriza a contratação direta e o extrato do contrato ou instrumento equivalente, deverão ser divulgados e mantidos à disposição do público em site eletrônico oficial do e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 2º A publicidade dos contratos decorrentes, é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, devendo ocorrer no prazo de dez dias úteis, no caso de contratação direta, contados da data de sua assinatura.

§ 3º Para atendimento ao disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, o processo deverá ser instruído com a especificação justificada do objeto a ser adquirido ou contratado, as quantidades e o preço estimado de cada item, observada a respectiva unidade de fornecimento, o local e prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra, a observância das disposições previstas na Lei Complementar Federal no 123, de 14 de dezembro de 2006, e na legislação relativa ao tratamento diferenciado às ME e EPP, se for o caso.

Em comparação com disposto na Lei nº 14.133/2021, o Decreto



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Municipal nº 029/2023, além das disposições contidas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, requer também o atendimento dos seguintes requisitos: **IV- minuta do contrato, se for o caso e IX - checklist de conformidade**, os quais são anexos deste parecer e devem ser utilizados, conforme Ato nº 001/2024 - PGM.

Deve ser observado também, o disposto no §3º, quanto as informações que deverão conter no processo, para tanto, sugere-se o uso da minuta de Termo de Referência aprovada por esta assessoria.

**a.1) documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;**

Em regra, a instrução processual deve conter a documentação prevista no inciso I do art. 72, com exceções devidamente justificadas no processo para sua afastabilidade.

Em que pese a delimitação da instrução do processo, conforme acima exposto, importante destacar as exceções dispostas no regulamento, aplicáveis apenas nos casos expressamente previstos:

No que se refere a dispensa do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TERMO DE REFERÊNCIA e ANÁLISE DE RISCOS:

DECRETO MUNICIPAL Nº 025/2023:

§ 4º A elaboração do estudo técnico preliminar e análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I- contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites do incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, independente da forma de contratação;

(...)

Em condições excepcionalíssimas, (contratações mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 75 I e II da Lei nº 14.133/2021, até o limite de 10% (dez por cento) do valor limite para a dispensa de licitação), o Decreto Municipal nº 025/2023 (art. 8º), dispensa os documentos previstos nos incisos I, II, III, VI, VII, do art. 72 da Lei 14.133/2021, porém, requer cautela para a dispensa de tais documentos, pois não se mostra razoável que seja extrapolado o limite disposto

000058



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

por meio de várias contratações fracionadas, potencialmente adequadas para a hipótese elencada e quando somadas extrapolam tal limite.

Igualmente, destaca-se a previsão contida nos arts. 9º e 10, do mesmo Decreto, no que se refere as contratações com base no art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021 até o importe de 1% (um por cento) do valor limite para dispensa de licitação.

Convém elucidar também, que o art. 14 do Decreto Municipal nº 025/2023, dispõe que: *Nas contratações com base no 75, I e II da Lei 14.133/2021, fica dispensada a realização de estudo técnico preliminar, realização de análise de riscos, elaboração de termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, exceto quando se tratar de serviços que as particularidades do objeto exijam, em atendimento ao art. 70, III da Lei 14.133/2021.*

Para todos os efeitos, as exceções previstas na regulamentação municipal devem estar devidamente identificadas, demonstradas e motivadas no processo de contratação, vez que tais desobrigações devem ser lidas como facultativas, mediante justificativa.

Como já citado acima, o intuito da dispensa de licitação é dar celeridade às contratações, o que não significa burlar aos princípios administrativos, pois a Lei exige que o contrato somente seja celebrado, após procedimento simplificado de concorrência, suficiente para justificar a escolha do contratado, de modo a garantir uma disputa entre potenciais fornecedores.

**b.2) Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021;**

Relativo à pesquisa de preços, é preciso ressaltar acerca da necessidade de a Administração estimar a despesa, a qual deverá ser calculada com base na forma estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/21. Quanto à pesquisa de preços, o referido art. 23 disciplinou o seguinte:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

*I* - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

*II* - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

*III* - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

*IV* - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

*V* - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

*VI* [...]

*VII* §4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Ademais, ao regulamentar a contratação direta no âmbito Municipal, o Decreto nº 025/2023, assim dispôs quanto a pesquisa de preços:

## **Das Pesquisas de Preços**

**Art. 28º.** No procedimento de pesquisa de preços no âmbito Municipal, os parâmetros previstos no § 1º do artigo 23 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

**Art. 29º.** Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º A partir dos preços obtidos por meio dos parâmetros de que se trata o § 1º do artigo 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, mediana ou o menor preço/orçamento dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo

000059



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

ainda ser utilizados outros critérios ou métodos desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade máxima competente.

§ 2º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 3º A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação. § 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

§ 5º Caso não seja possível a obtenção de três orçamentos para formação do preço base da licitação ou da contratação direta, com base nas hipóteses em Lei, a administração poderá, justificadamente, colacionando aos autos prova de tentativa de obtenção de preços, caso possam ser documentadas, utilizar os preços/orçamentos que conseguiu adquirir para a mencionada contratação, desde que compatíveis com a realidade do mercado, evitando-se a prática de preços inexequíveis ou qualquer hipótese de superfaturamento.

**Art. 30º.** Para Obras e Serviços de Engenharia, a administração poderá usar como método de pesquisa a tabela de referência SINAPI, ou através de três orçamentos.

**Art. 31º.** Poderá ser admitida a pesquisa de preços através de plataformas eletrônicas, que tragam preços de referência, homologações, contratos e demais contratações de editais de Licitações do âmbito nacional, desde que as cotações se refiram a aquisições ou contratações firmadas de até um ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório.

O Decreto Municipal nº 029/2023, por sua vez, trata da forma de apresentação da pesquisa de preços, que deve constar no processo administrativo da contratação, vejamos:

Art. 4º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterà, no mínimo:

- I - descrição do objeto a ser contratado;
- II - caracterização das fontes consultadas;
- III - série de preços coletados;
- IV- método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;
- V- justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
- VI- memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;
- VII- justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta junto aos fornecedores; e
- VIII- data, identificação e assinatura do servidor responsável.

Extrai-se do *caput* do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação Municipal que se prioriza a pesquisa de preços a partir de banco



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

de dados públicos e contratações públicas, observando, as quantidades a serem contratadas, a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, de forma a construir uma cesta de preços, em prol da transparência e economicidade da contratação.

Nesta seara, a pesquisa apenas com fornecedores **é medida excepcional**, que requer justificativa de uso, justificativa da escolha do fornecedor para a realização da cotação e que seja realizada por meio de solicitação formal de cotação (ex: e-mail com comprovante de envio e resposta), conforme art. 23, §1º, IV e art. 4º, VII do Decreto Municipal nº 029/2023.

Sobre o tema, o TCU:

As pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma "cesta de preços", devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames. **A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cestas de preços referenciais** (Instrução Normativa Seges-ME 73/2020) (TCU – Acórdão 4958/2022- Primeira Câmara. Rel. Min. Augusto Sherman, data da sessão 30/08/2022)

Já nas contratações diretas em que não for possível estimar o valor do objeto na forma citada, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de **até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração**, ou por outro meio idôneo (§4º do art.23).

Ademais, os documentos relativos à pesquisa de preços devem ser acostados aos autos, acompanhados de **Declaração de Responsabilidade Sobre a Pesquisa de Preços (conforme modelo anexo)**, assinada pelo agente público responsável, onde deve informar as fontes consultadas, a compatibilidade com o regulamento municipal, bem como a utilização de todos os métodos para evitar sobre preço, a qual presumir-se-á verdadeira.

Considerando a declaração do agente público, não cabe a esta Procuradoria auditar os aspectos técnicos e mercadológicos da pesquisa efetuada,

000060



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

por estar além dos aspectos legais envolvidos na pretensão de contratação direta, porém, na existência de dúvidas quanto a compatibilidade do preço de mercado com a pesquisa efetuada, pode ser encaminhada à Controladoria para análise e auditoria.

Atendidos os requisitos legais, sendo o valor estimado dentro dos limites da dispensa de licitação em razão do valor, entende-se atendido o requisito legal, art. 72, II da Lei nº 14.133/2021.

**b.3) Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.**

O inciso III indica a necessidade de parecer jurídico e técnico, se for o caso, que demonstre o atendimento dos requisitos exigidos. Como destacado anteriormente, o §4º do art. 53 prevê caber ao órgão de assessoramento jurídico da Administração realizar o controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

Contudo, o §5º entende pela possibilidade de, a critério da autoridade jurídica competente dispensar a emissão de opinião de forma individualizada, nos casos de contratação de baixo valor, baixa complexidade a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Em atendimento ao Ato nº 001/2024 – PGM, o presente Parecer referencial suprirá a análise jurídica, devendo este ser anexado aos autos de contratação, juntamente com lista de conformidade preenchida e atestada pela autoridade competente para o fiel cumprimento dos requisitos legais.

**b.4) Da demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;**

Por conseguinte, o inciso IV do art. 72 prevê a necessidade de



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido. Tal previsão tem razão de ser na medida em que é necessário que a Administração Pública comprove ter previsão de recursos orçamentários suficientes para cumprir com os compromissos que pretende assumir.

Para o atendimento do requisito legal previsto, deve a Administração acostar aos autos a comprovação de disponibilidade de recursos emitida pelo setor contábil, com identificação da despesa e sua compatibilidade com as leis orçamentárias.

## **b.5) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária**

O inciso V do art. 72 exige que seja comprovado que o futuro contratado preenche os requisitos de qualificação mínima e suficiente para executar o objeto e idoneidade para contratar com a administração pública, nos termos elencados nos artigos 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

Quanto ao Requisitos mínimos de Habilitação e Qualificação Mínimas necessárias, assim dispõe o regulamento municipal:

§ 5º Para fins de comprovação do disposto no inciso VII do *caput* deste artigo, serão exigidos apenas os documentos que se mostrarem indispensáveis no caso concreto e que não possam ser obtidos pela Administração em consulta a sítios eletrônicos públicos, sendo imprescindíveis à instrução do processo:

I- proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço;

II- prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado de , onde tiver sede o particular, ao cadastro de fornecedores sancionados do Município, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

III- prova do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, quando couber;

IV- declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento, inclusive quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e ao cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

(...)

000061



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

§ 7º **No caso de contratações para entrega imediata**, considerada aquela com prazo de entrega de até trinta dias da ordem de fornecimento, **bem como nas contratações com valores inferiores a um quarto do valor limite para dispensa de licitação para compras em geral** e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, além do previsto no § 4º deste artigo, devem ser apresentados os seguintes documentos de habilitação:

I- se pessoa física, apenas certidão de regularidade fiscal municipal;  
II- se pessoa jurídica, apenas certidões de regularidade fiscal e de regularidade social, quando se tratar de aquisição de bens; quando se tratar de contratação de serviços, acresce-se a certidão de regularidade trabalhista.

Assim, a Administração deve avaliar, mediante justificativa, quais são os documentos indispensáveis à execução do objeto do futuro contratado e exigir somente os indispensáveis e compatíveis com a contratação, tendo como parâmetro as informações contidas na Lei nº 14.133/2021, arts. 60 a 70, cujo rol é taxativo, e no Decreto Municipal regulamentador.

O atendimento dos requisitos entendidos como necessários pela Administração, devem constar nos autos, para a comprovação da qualificação mínima exigida.

## **b.6) Razão da escolha do contratado;**

O inciso VI do art. 72 exige que o processo de contratação direta seja instruído com documento que demonstre a razão da escolha do contratado.

À luz da regra de obrigatoriedade de motivação com a respectiva indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que alicercem a decisão de dispensa ou declaram a inexigibilidade de processo licitatório (art. 50, IV da Lei 9784/1999), tem a Administração o **dever de justificar a escolha do contratado**.

Portanto, tal motivação quando da realização de "dispensa presencial" deve estar expressa nos autos, demonstrando a vantajosidade da contratação para com a escolha do fornecedor.

No caso de dispensa eletrônica, esta pode ser o fundamento da escolha, em prol da impessoalidade, da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Para tanto, em qualquer caso, sugere-se a utilização do campo específico da minuta de Termo de Referência padronizada e aprovada por esta Procuradoria.

Neste sentido, importante ressaltar o previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, **serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.**

Assim, para obter preços mais vantajosos dos serviços requisitados, faz-se necessário que a Administração dê publicidade à intenção de realizar contratação com a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

Tal medida está diretamente ligada à escolha do contratado e sua não realização requer justificativa, conforme disposto no Decreto Municipal nº 029/2023, segundo o qual:

Art. 7º Para busca do melhor preço na contratação, o procedimento para dispensa de licitação será divulgado em site ou sistema eletrônico oficial do Município de Ivaí, o qual encaminhará e-mail automaticamente aos fornecedores cadastrados para apresentação de propostas e consulta eletrônica, pelo prazo mínimo de três dias úteis. **§ 1º A inviabilidade, a impossibilidade, inexecutabilidade ou ineficiência do procedimento previsto no caput deve ser justificada nos autos, com a indicação da medida alternativa de garantia da impessoalidade e busca pelo melhor preço.**

(...)

Art. 8º Definido o resultado do julgamento, com o objetivo de buscar o melhor preço, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço estimado para a contratação, o órgão ou entidade deverá negociar condições mais vantajosas.

§ 1º A negociação a que se refere o caput deste artigo deverá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

§ 2º Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor àquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos.

Art. 9º No caso de o procedimento de que trata o art. 7º deste Decreto (ou Resolução) restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

I- fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas

000062



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou II- republicar o procedimento; ou

III- valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

§ 1º O disposto nos incisos II e III do caput deste artigo poderá ser utilizado na hipótese de não surgirem interessados no procedimento. § 2º Frustrados os procedimentos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo, poderá ser utilizada a medida alternativa de contratação prevista no art. 7º, § 1º, deste Decreto (ou Resolução), desde que o valor a ser contratado não seja superior ao obtido na consulta eletrônica, garantindo a impessoalidade e a busca pelo melhor preço.

Desta forma, deve ser preferencialmente atendido o disposto no art. 75, §3º da Lei nº 14.133/2021 e no *caput* do art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2023. Havendo impossibilidade, que seja acostada aos autos justificativa nos termos do §1º do art. 7º do referido decreto, como condição para a contratação.

Convém ressaltar, que a realização de dispensa eletrônica supre tal procedimento, tendo em vista as características do procedimento que atendem as exigências contidas no regulamento municipal, que inclusive, deve ser utilizada com preferência, pois garante maior transparência e impessoalidade em comparação ao procedimento descrito no art. 7º do regramento.

No uso de dispensa eletrônica, deve ser utilizada minuta padronizada e pré-aprovada, conforme Ato nº 001/2024 – PGM.

Por fim, para todos os efeitos, deve estar presente a escolha do contratado no processo administrativo de contratação, conforme art. 72, VI da Lei nº 14.133/2021.

## **b.7) Justificativa do preço;**

O **inciso VII** do art. 72 preceitua a necessidade de demonstração da justificativa do preço. Como observado, quando da necessidade da estimativa de despesa o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto (art. 23).





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Com base no valor estimado estabelecido por meio de parâmetros legais, a justificativa do preço deve estar atrelada aos valores ali estimados, pautada no melhor preço obtido quando feita dispensa presencial ou no melhor preço obtido na dispensa eletrônica, quando for o caso.

## **b.8) Autorização da autoridade competente;**

Para o fim de autorização do processo de contratação direta, cumpridas todas as etapas estabelecidas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, por fim, em atendimento ao inciso VIII, está prevista a necessidade de autorização da autoridade competente para a realização da contratação direta.

A autorização exigida, apresenta-se como último ato antes do estabelecimento da contratação, que deve ser realizada apenas se houver o cumprimento dos requisitos legais, devidamente previstos neste parecer.

Deve ser realizada por agente público competente, devidamente designado para este fim.

Por derradeiro, o parágrafo único do art. 72 exige que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o que também deverá ser observado como condição de eficácia.

## **c) DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.**

Nos termos do art.95 da Lei nº14.133/2021, o instrumento de contrato é obrigatório, podendo a Administração substituí-lo por outro instrumento hábil equivalente (tal como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço) nas hipóteses de I - dispensa de licitação em razão de valor; II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor.

Nas contratações diretas por dispensa em razão do valor e compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, é facultativo,

000063



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

portanto, a utilização de instrumento de contrato.

Por outro lado, por ser facultativo, poderá a Administração optar por utilizar o instrumento de contrato, caso entenda necessário. Recomenda-se, nesta hipótese, a utilização da minuta de contrato padrão aprovada, que segue anexa ao presente parecer referencial.

## V. CONCLUSÃO

Feitas tais análises, cabe ao gestor demonstrar que a realização de procedimento licitatório específico oneraria ainda mais os cofres públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão, para enfim concluir pela hipótese de dispensa.

Ressalta-se que os contratos decorrentes de afastamento de licitação costumam ser vistos com maior rigor pelos órgãos de controle, motivo pelo qual é recomendável que a Administração reúna todos os elementos ao seu alcance para demonstração da razoabilidade dos preços, visando afastar eventuais questionamentos apontando para superfaturamento de preços, comprometendo a eficácia do ajuste.

Por todo o exposto, o presente parecer referencial deverá ser utilizado na instrução dos processos administrativos relativos à contratação direta em razão do baixo valor do objeto, obra ou serviço a ser contratado, na forma do art. 75, I e II da Lei n.º 14.133/2021, em cumprimento ao Decreto Municipal nº 235/2024 e Ato nº 001/2024 – PGM, **a utilização deste opinativo será condicionada à juntada de:**

- a) Deve ser acostado aos autos checklist de conformidade, conforme modelo anexo I e ateste da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações jurídicas nele contidas;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

- b) Autuação deste Parecer Referencial em todos os processos a que destina;
- c) Deverá anexar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e cadastros locais de suspensão, impedimento ou inidoneidade, referente a empresa a ser contratada;
- d) Apresentar Declaração de Responsabilidade Sobre a Pesquisa de Preços, nos autos da contratação (modelo anexo III);
- e) Apresentar Termo de Declarações, assinado pela empresa a ser contratada, conforme modelo do anexo II;
- f) realizar a paginação oficial do processo de contratação, nos termos do Art. 22, §4º da Lei nº 9.784/1999<sup>2</sup> (páginas numeradas sequencialmente e rubricadas);
- g) Todos os documentos deverão estar assinados pelo emitente;

Cumpra ao gestor do órgão demandante, ainda, a ordenação da despesa, bem como a designação de servidor para exercer a função de fiscal do contrato atendidas as exigências do art. 7º da Lei n.º 14.133/21 e do regulamento municipal.

Ressalte-se que eventual descumprimento das obrigações contratuais deverá ser apurado para fins de responsabilização pelo órgão ou entidade contratante.

Não obstante, importante ressaltar, que, nos termos do art. 73 da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais

<sup>2</sup> Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir. (...)

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

000064



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

cabíveis.

Entrementes, destaca-se que este parecer jurídico tem natureza meramente consultiva, de forma que a autoridade não se vincula ao parecer e seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo (STF, MS 24.631, rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, julgado em 09/08/07).

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações/considerações são realizadas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, **mas sempre de maneira fundamentada/justificada**.

É o parecer<sup>3</sup>.

À consideração superior.

Ivaí, PR, 11 de setembro de 2024.

FERNANDA CAROLINE LIMA KOBAYASHI:06694111916  
4111916

FERNANDA CAROLINE LIMA KOBAYASHI:06694111916  
2024.09.24 16:37:32-03'00'  
2023.2.0

FERNANDA CAROLINE LIMA KOBAYASHI  
Procuradora do Município de Ivaí/PR - OAB/PR 125.002

APROVO:

JOAO AURELIO STUPP:03650945959  
Assinado de forma digital por JOAO AURELIO STUPP:03650945959  
Dados: 2024.09.25 11:15:34 -03'00'

JOÃO AURÉLIO STÜPP  
Procurador-Geral do Município de Ivaí-PR

<sup>3</sup> Parecer jurídico é um ato administrativo meramente consultivo, que poderá ou não ser ratificado por um ato administrativo decisório da autoridade competente.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

## ANEXO I

### LISTA DE VERIFICAÇÃO (Checklist) PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR

Contratação Direta – fundamento nos incisos I e II do Art. 75 da Lei 14.133/2021

LEGENDA: S – Sim; N – Não; OBS- Observação.

\*quando usar a opção N, justificar abaixo

ITEM	DESCRIÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL	S/N	PÁGINA
1	Existência de processo administrativo devidamente autuado.			
2	Existência de documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência (assinado pela autoridade competente), projeto básico ou projeto executivo. Obs. 1: O Estudo Técnico Preliminar poderá ser dispensado nos casos previstos no Decreto Municipal n. 029/2023, e no caso de dados necessários a contratação, estes deverão ser integrados ao Termo de Referência, sem prejuízos à Administração. Obs. 2: No mínimo, sugere-se que deverá existir Termo de Referência, contendo os elementos definidos no art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/21 e, no caso das compras, as informações complementares presentes no art. 40, §1º, da referida lei. Obs: Caso sejam dispensados o estudo técnico preliminar, realização de a análise de riscos, elaboração de termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, devem se restringir as possibilidades contida no Art. 14 do Decreto Municipal nº 025/2023.	Art. 72, inciso I, da Lei n. 14.133/21 e Art. 2º, I do Decreto Municipal nº 029/2023.		
3	Estimativa de despesa, que deverá ser calculada, estabelecida a partir do procedimento de pesquisa de preços, conforme art. 23 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como do art. 4º do Decreto Municipal nº 029/2023 e art. 28 a 31 do Decreto Municipal nº 025/2023.	Art. 72, inciso II, e art. 23 da Lei n. 14.133/21 e Art. 2º, II do Decreto Municipal nº 029/2023.		
4	Declaração de Responsabilidade Sobre a Pesquisa de Mercado.	Art. 4º do Decreto Municipal nº 029/2023 e art. 28 a 31 do Decreto Municipal nº 025/2023.		
5	Parecer jurídico e Pareceres técnicos, se for o caso, que demonstre o atendimento dos requisitos exigidos ou Parecer Referencial emitido pela Procuradoria Jurídica.	Art. 72, inciso III, da Lei n. 14.133/21 e Art. 2º, X do Decreto Municipal nº 029/2023.		

000065



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

6	Indicação do recurso próprio para a despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários, de acordo com o respectivo cronograma. (Art. 2º, III do Decreto Municipal nº 029/2023.)	Arts. 72, IV, da Lei n. 14.133/21.		
7	Documentos de habilitação jurídica, qualificação técnica e econômica, se for o caso, e de regularidade fiscal, trabalhista e em relação ao FGTS. Deverá, também, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e cadastros locais de suspensão, impedimento ou inidoneidade.	Arts. 72, V, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/21.  Art. 91, §4º, da Lei n. 14.133/21.		
8	Termo de Declarações (modelo)	Art. 14 da Lei n. 14.133/21 e outros.		
9	A razão da escolha do contratado	Art. 72, VI, da Lei n. 14.133/21		
10	Justificativa de preço, mediante pesquisa de preços realizada de acordo com o art. 23 da Lei n. 14.133/21, e Art. 4º do Decreto Municipal nº 029/2023 e Art. 28 a 31 do Decreto Municipal nº 025/2023.	Art. 72, VII, da Lei n. 14.133/21.		
11	Documento assinado pela autoridade competente informando que foram observados o somatório do dispêndio no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora e o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.	Art. 75, §1º, da Lei n. 14.133/21.		
12	Divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, a fim de colher outras propostas ou processo de dispensa eletrônica, <u>ou justificativa acerca de não atendimento à preferência de prévia divulgação e de dispensa eletrônica.</u>			
13	Autorização emitida pela autoridade competente/homologação, Art. 72, inciso VIII, da Lei n. 14.133/21	Art. 75, §3º, da Lei n. 14.133/21		
14	Minuta do contrato ou instrumento equivalente. (modelo anexo) Obs.: conforme art. 95, inciso I, da Lei 14.133/21, é dispensável o instrumento contratual no caso dispensa de licitação em razão de valor. Nesse caso, o contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.	Art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/21.		
15	Portaria de nomeação do gestor e fiscal (art. 23 do Decreto Municipal nº 025/2023), bem como dos demais agentes envolvidos na contratação.	Art. 23 do Decreto Municipal nº 025/2023		



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

16	Publicação do ato que autoriza a contratação direta ou extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.	Art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.		
----	---	---	--	--

## DECLARAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELO EXAME

Eu, \_\_\_\_\_, servidor público devidamente inscrito sob a matrícula nº \_\_\_\_\_, declaro expressamente que o processo de dispensa de licitação em razão do valor foi analisado em conformidade com as disposições previstas no Parecer Jurídico Referencial e Decreto Municipal nº 025 e 029/2023, assumindo a responsabilidade pela veracidade e preenchimento do checklist.

\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Cargo

000068



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

## ANEXO II

COLOCAR O TIMBRE DA EMPRESA

### TERMO DE DECLARAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

O signatário da presente, em nome da proponente \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, sediada a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/PR, CEP \_\_\_\_\_, declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao município de Ivaí.

2. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

3. Dentre os membros do quadro societário, há cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas? (Súmula vinculante nº 13 - STF)

( X ) Não

( ) Sim

Em Caso Positivo, apontar:

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Relação de parentesco:	Relação de Parentesco:

	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade (familiares do cônjuge).
1º grau	Pai, mãe e filho(a).		Padrasto, madrasta, enteado(a), sogro(a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto(a).	Irmãos.	Cunhado(a), avô e avó do cônjuge.
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto(a).	Tio(a) e sobrinho(a).	Concunhado(a).

4. Não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

5. Não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

6. Não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal, bem como não possui impedimentos nos termos requeridos no §1º, do artigo 9º e no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

7. Ao participar deste processo consente, de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência deste processo, estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins especificados. E, nos termos da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), se compromete a observar a legislação aplicável à espécie, promovendo o tratamento de todos os dados que possua acesso decorrente da execução do presente contrato administrativo, bem como, se responsabilizando por eventuais ilícitos praticados por si e seus prepostos, visando sempre proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

8. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta de preços.

9. Minha empresa não está sancionada com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Ivaí ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública.

10. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

11. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e

12. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Responsável legal

000067



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

## ANEXO III

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE A PESQUISA DE MERCADO

Eu, \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) na cidade de \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF nº \_\_\_\_\_, lotado (a) na Secretaria \_\_\_\_\_, na função de \_\_\_\_\_, sob a matrícula nº \_\_\_\_\_, declaro que, com relação à pesquisa de preços anexa a Requisição de Compras nº \_\_\_\_\_:

#### DA FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS:

Neste tópico será necessário descrever como foi realizada a pesquisa de preços e quais parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e decreto nº 025/2023 foram cumpridos.

##### EXEMPLO:

A pesquisa de preços foi realizada mediante as seguintes fontes:

- a) \_\_\_\_\_ (art. 23, inciso \_\_\_\_\_ da Lei nº 14.133/2021),
- b) \_\_\_\_\_ (art. 23, inciso \_\_\_\_\_ da Lei nº 14.133/2021),
- c) \_\_\_\_\_ (art. 23, inciso \_\_\_\_\_ da Lei nº 14.133/2021),

Atendendo plenamente o disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 025/2023, vez que foram consultados no mínimo 03 preços de um ou mais parâmetros de que trata o 1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

Para tanto foi utilizada a \_\_\_\_\_ (média/mediana/menor preço) para o valor máximo estimado.

#### DA PESQUISA COM FORNECEDORES:

Caso necessite utilizar orçamento de fornecedores será necessário preencher este campo, caso contrário, poderá excluir essa informação.

Declaro que a pesquisa de mercado foi realizada por meio de orçamentos com fornecedores, pois \_\_\_\_\_.

Explicar os motivos pelos quais não foi possível realizar a cotação pelos outros meios de pesquisas previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como todas as diligências realizadas e os documentos juntados que comprovam a inviabilidade, bem como a solicitação formal de requisição do orçamento (exemplo: e-mail)

Os próximos parágrafos são destinados a justificar o motivo da seleção destes fornecedores.

Os comprovantes de tentativa de ampliação da pesquisa foram juntados aos autos.

De acordo com o disposto no art. 23, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2023, foram escolhidos os fornecedores para a pesquisa de mercado por estes \_\_\_\_\_.

#### DA RESPONSABILIDADE:

Certifico como verdadeiras as informações contidas na pesquisa de preços realizada, responsabilizando-me por sua veracidade.

Declaro estar de acordo com a consulta de mercado realizada e ciente da responsabilidade em caso de sobre preço.

Ivaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Nome do Servidor:



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

## ANEXO IV

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR, E  
.....

MUNICÍPIO DE IVAÍ, com sede no(a) ....., na cidade de ....., /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº ....., de .... de ..... de 20..., CPF: ..... e RG: ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 025 e 029/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório \_\_\_\_/\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDAD E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital de Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo permitida a prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de execução/entrega será de ....., contados ..... e de acordo com o previsto no termo de referência.

000068



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

1.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

### **OU (quando admitida)**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.2.1.1. ...

4.2.1.2. ...

4.2.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.2.2.1. ....

4.2.2.2. ....

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ ....., incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

5.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O pagamento ocorrerá em até \_ \_ \_ dias, contados da data de entrega do objeto, ou prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

000069



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

---

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

---

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores

000070



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

---

10.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

10.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

10.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

10.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

10.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

10.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

10.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

10.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

10.1.7.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

10.1.7.2. as informações sobre os titulares envolvidos;

10.1.7.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

10.1.7.4. os riscos relacionados ao incidente;

10.1.7.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

10.1.7.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

10.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

10.1.9. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

10.1.10. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

10.1.11. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

10.1.12. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e

10.1.13. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

10.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

000071



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

12.8. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

12.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

12.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida; que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

13.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na

000072



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

dotação a seguir discriminada:

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de .....

Ivaí-PR, ..... de ..... de .....

CONTRATANTE



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Procuradoria Jurídica

## CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Assinatura:

Nome:

CPF

Assinatura:

000073



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

**EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024**

**Processo administrativo nº 054/2024**

**Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021**

## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

---

**1.1 Objeto do certame: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de Poço Artesiano da localidade de Lageado.**

**1.2 Data do certame e horário:**

**1.3 De 03/10/2024 às 8h00min**

**1.4 Até 07/10/2024 às 8h00min**

**1.5 PERÍODO DE LANCES:**

**1.6 De 07/10/2024 às 8h15min**

**1.7 Até 07/10/2024 às 14h15min**

**1.8 Prazo de etapa de lances: 06 (seis) horas.**

**1.9 Valor estimado total da contratação: R\$ 37.613,33 (trinta e sete mil, e seiscentos e treze reais e trinta e três centavos).**

**1.10 Rito da seleção: Dispensa de licitação.**

**1.11 Forma da seleção: ELETRÔNICA**

**1.12 Local do certame: <https://bllcompras.com/Home/Login>**

**1.13 Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.**

**1.14 Modo de disputa: Dispensa eletrônica.**

**1.15 Ordem das etapas: RITO PROCEDIMENTAL COMUM**

**1.16 Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE: Sim**

000074



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 1.17 Legislação aplicável: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 025/2023, Decreto Municipal nº 028/2023, Decreto Municipal nº 029/2023 e Decreto Municipal nº 030/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

---

### **2.1. Poderão participar desta licitação:**

- 2.1.1. Os interessados ramo de atividade compatível com o objeto licitado que estiverem previamente credenciados na plataforma da BLL (Bolsa de Licitações do Brasil) e cadastrarem proposta até o horário previsto para o início da sessão.
- 2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **2.2. Não poderão disputar esta licitação:**

- 2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. O impedimento de que trata o item 2.2.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.2 e 2.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.6. O disposto nos itens 2.2.2 e 2.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.7. A vedação de que trata o item 2.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

000075





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

---

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente, cumpre e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1. Quando houver item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

000076



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

---

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados (valor/marca/modelo/quantidade), sem incluir informação que possa identificar a sua empresa.

4.2. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Não será permitido ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

---

5.1. A partir das 8h15min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,1% (um décimo por cento).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

000077



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 5. DA FASE DE JULGAMENTO

---

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1. SICAF;

5.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto no edital.

5.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

5.6.1. conter vícios insanáveis;

5.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 5.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 5.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 6.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam disponíveis no SICAF, ou disponíveis nos respectivos portais, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado por igual período.
- 6.4. Preferencialmente todos os documentos de habilitação deverão constar no SICAF.
- 6.5. **HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** será verificada por meio do SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:
- 6.6. Cópia do contrato social;
- 6.7. Alvará de localização;

000078



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 6.8. CND Receita Federal;
- 6.9. CRF-FGTS Caixa Econômica Federal;
- 6.10. CND Municipal;
- 6.11. CND Estadual;
- 6.12. CNDT-TST
- 6.13. Cartão CNPJ/MF
- 6.14. Certidão simplificada da junta comercial;
- 6.15. Certidão de falência e concordata;
- 6.16. Atestado de capacidade técnica da licitante, emitido por entidade da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto desta licitação, datado e assinado.
- 6.17. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.
- 6.18. Em sendo permitida a participação, o consórcio deverá apresentar junto com documentos de habilitação um compromisso de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, nos termos previstos no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e demais condições dispostas na Lei.
- 6.19. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 6.20. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.21. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.22. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 6.23. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

6.24. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.25. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

6.25.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.25.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.26. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.27. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.28. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.29. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **7. CONTRATAÇÃO**

7. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.1.1. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.*

000079





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

7.1.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

8.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

8.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

8.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8.1.5. fraudar a licitação

8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

8.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa;

8.2.3. impedimento de licitar e contratar e

8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.

8.8. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do

000080



# **MUNICÍPIO DE IVAÍ**

## **CNPJ 76.175.918/0001-33**

caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

---

9. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

9.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

9.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

9.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

9.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

9.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

9.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

9.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

9.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.ivaí.pr.gov.br/>.

9.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.10.1. ANEXO I – Especificação do Objeto e Valor máximo estimado
- 9.10.2. ANEXO I - Termo de Referência
- 9.10.3. ANEXO III – Modelo da Proposta
- 9.10.4. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

Ivaí - PR, 2 de outubro de 2024.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO  
Prefeito de Ivaí-PR

000081



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO I

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024

### ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E VALOR MÁXIMO ESTIMADO

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

---

9.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado.

#### 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

---

##### 2.1. Especificação e quantidades:

---





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33



Município de Ivaí  
Solicitação 279/2024

Página: 1

Solicitação				
Número	279	Tipo	Aquisição de Material	
Solicitante			Entido em	30/09/2024
Código	12189-4	Nome	Processo Gerado	Número
Local	1052 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		551/2024	
Orgão	05 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE			
Forma de pagamento			Tipo	Depósito bancário
Entrega			Prazo	0 Dias
Local				

**Descrição:**  
Contratação de empresa especializada para realizar limpeza do poço artesiano.

**Justificativa:**  
É necessária para assegurar que o sistema continue a operar de forma eficiente e segura.

Lote					
001 Lote 001					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048863	Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço	SERV	1,00	37.613,33	37.613,33
Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço artesiano.					
TOTAL					37.613,33
TOTAL GERAL:					37.613,33

000082



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

---

- Secretaria demandante: Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
- Responsável: Luciano Tomachevski.

#### 2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

---

##### 2.1. Objeto a ser contratado

---

Contratação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado.

##### 2.2. Natureza do objeto

---

Serviço comum de Engenharia

##### 2.3. Fundamento da contratação

---

O presente processo se trata de uma dispensa baseada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a qual não possuirá a realização de Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto Municipal nº 025/2023. Ainda, todas as informações necessárias estarão presente neste documento.

##### 2.4. Justificativa da contratação.

---

A presente contratação é de extrema importância, tendo em vista que o poço da localidade de Lageado está com problema que por conta do grande utilidade ao longo dos anos o desgaste foi se intensificando sendo inevitável a manutenção deste, pois há um grande acúmulo de sedimentos detritos e microorganismos no interior do poço, comprometendo a potabilidade da água e reduzindo a eficiência do sistema de bombeamento. A ausência desta limpeza pode levar piorar à contaminação da água, o desgaste dos equipamentos e à redução da capacidade de bombeamento, resultando em maiores custos operacionais e potenciais riscos à saúde. Além disso, a manutenção do poço é uma exigência para o cumprimento das normas sanitárias vigentes, evitando sanções e garantindo a conformidade legal. Portanto, a contratação se justifica pela necessidade de preservar a qualidade da água, assegurar a operação eficiente do sistema e cumprir com as regulamentações aplicáveis, minimizando riscos e custos a longo prazo.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 2.5. Análise de riscos da contratação

Fica dispensada a análise de risco nas dispensas realizadas com base no art. 75, incisos I e II, da Lei 14.133/2021, de acordo com o disposto no art. 14 do Decreto Municipal 025/2023.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

### 3.1. Especificação e quantidades da solução:

As especificações do serviço foram baseadas a partir de estudos realizados juntamente com a engenharia, para melhor atender a necessidade que este poço necessita.

QTD	UND	DESCRIÇÃO
1	vb	SAQUE DE INSTALAÇÃO COM DESLOCAMENTO
80	m	LIMPEZA E DESINFECÇÃO EM POÇO ARTESIANO / 0 Á 200 MTS
1	vb	MONTAGEM DE MAQUINA E CANTEIRO DE OBRAS COM DESLOCAMENTO
400	m	REVESTIMENTO INTERNO DE 6 1/2", INSTALADO

### 3.2. Prazo para início da execução do objeto

Será imediato, a partir da publicação do contrato.

### 3.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto

Após os procedimentos o contrato deverá ser executado de forma imediata. A duração estimada para a execução dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano é de 5 a 7 dias úteis.

### 3.4. Local de entrega ou execução

Localidade de Lageado

### 3.5. Exigências a serem feitas após a entrega/execução?

#### 3.5.1. Garantia exigida do objeto e prazo:

000083





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Após a execução dos serviços, será exigida uma garantia mínima de 12 meses sobre o trabalho realizado. Durante este período, a empresa contratada deverá corrigir, sem custos adicionais, qualquer falha ou problema decorrente da execução inadequada dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano. A garantia cobre a integridade do serviço realizado, assegurando que a qualidade da água e a eficiência do sistema de bombeamento sejam mantidas conforme os padrões estabelecidos.

### **3.5.2. Condições de assistência técnica:**

A empresa contratada deverá disponibilizar assistência técnica especializada durante o período de garantia. Em caso de qualquer problema ou irregularidade no poço artesiano, a assistência técnica deve ser acionada prontamente, com atendimento no prazo máximo de 48 horas após a solicitação. A assistência técnica inclui a realização de inspeções adicionais, reparos necessários, e orientações sobre a operação do sistema, garantindo o pleno funcionamento do poço e a satisfação da contratante.

### **3.5.3. Exige respeito às normas específicas de descarte? Quais são as normas específicas de descarte?**

Sim, exige-se o respeito às normas específicas de descarte de resíduos gerados durante o processo de limpeza e manutenção do poço artesiano. A empresa contratada deve seguir rigorosamente as normas ambientais e sanitárias vigentes, como a Resolução CONAMA nº 430/2011, que dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, e a NBR 10004/2004 da ABNT, que classifica os resíduos sólidos. Todos os resíduos, incluindo lodo, sedimentos e produtos químicos utilizados, devem ser coletados, transportados e descartados de acordo com as normas específicas, evitando a contaminação do meio ambiente e garantindo a segurança da comunidade. A empresa deverá apresentar os comprovantes de descarte correto em locais licenciados, conforme as exigências legais.

## **4. DA ESCOLHA DO CONTRATADO**

Para contratação de empresa especializada em limpeza de poço artesiano, será contratada de forma eletrônica pelo site BLL empresa que apresentar o menor preço.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

---

### 5.1. Resultados pretendidos a contratação:

---

A contratação dos serviços de limpeza e manutenção do poço artesiano pretende garantir a melhoria da qualidade da água fornecida, assegurando que esteja em conformidade com os padrões de potabilidade e livre de contaminações. Além disso, busca-se aumentar a eficiência operacional do sistema de bombeamento, prevenindo obstruções e desgastes prematuros, o que resultará em maior durabilidade dos equipamentos. Outro resultado esperado é o cumprimento rigoroso das normas sanitárias e ambientais, evitando sanções legais e garantindo a segurança das operações. Por fim, espera-se obter um relatório técnico detalhado que documente as condições do poço e forneça recomendações para manutenções futuras.

### 5.2. Forma de execução do contrato

---

Fornecimento imediato.

### 5.3. Prazo de vigência do contrato e limite para a renovação (quando houver)

---

O contrato terá uma vigência inicial de 12 meses, cobrindo tanto a execução dos serviços quanto o período de garantia e suporte técnico. Caso haja necessidade, o contrato poderá ser renovado, desde que ambas as partes concordem e a renovação seja solicitada com pelo menos 30 dias de antecedência ao término do contrato vigente. A renovação dependerá de uma avaliação das necessidades futuras e do desempenho da empresa contratada durante o período inicial.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

---

### 6.1. Requisitos anteriores à execução

---

Não se aplica.

#### 6.1.1. Garantia financeira do contrato:

Não se aplica.

000084



# **MUNICÍPIO DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

## **6.2. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle**

---

A gestão do contrato será realizada por meio de uma metodologia de acompanhamento contínuo, com o objetivo de assegurar que todos os serviços sejam executados conforme os padrões de qualidade, prazo e custo estabelecidos.

## **6.3. Obrigações específicas do contratado**

---

O contratado tem várias obrigações específicas a serem cumpridas para assegurar a qualidade e a conformidade dos serviços prestados. Inicialmente, é responsável por realizar a limpeza e manutenção do poço artesiano conforme as especificações técnicas acordadas, utilizando equipamentos e produtos apropriados. Deve garantir que os serviços atendam aos padrões estabelecidos e às normas sanitárias e ambientais vigentes, incluindo a realização de testes de qualidade da água e a correção de quaisquer não conformidades identificadas. Além disso, é obrigado a fornecer relatórios detalhados sobre as atividades realizadas, incluindo um relatório técnico final que documente as condições do poço antes e após os serviços, os resultados dos testes e as recomendações para futuras manutenções. O contratado também deve oferecer uma garantia mínima de 12 meses após a conclusão dos serviços, cobrindo quaisquer falhas ou problemas decorrentes da execução inadequada. A assistência técnica durante o período de garantia é outra obrigação, bem como o respeito aos prazos estabelecidos e a adoção de práticas seguras durante a execução dos serviços, incluindo o descarte adequado dos resíduos gerados.

## **6.4. Obrigações específicas do Município:**

---

Não se aplica.

## **6.5. Requisitos posteriores à execução:**

---



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Após a execução dos serviços, é essencial que todos os requisitos sejam cumpridos para garantir a conclusão satisfatória do contrato. O Município irá confirmar que todos os serviços foram realizados conforme os termos estabelecidos e que o poço está em conformidade com os padrões de qualidade exigidos, com base na inspeção e nos relatórios fornecidos. É necessário receber e arquivar toda a documentação relativa à garantia dos serviços prestados, incluindo certificados e comprovantes de garantia financeira, e garantir que todos os detalhes sobre a assistência técnica e os termos de garantia sejam compreendidos. Além disso, o Município irá realizar uma avaliação do desempenho da empresa contratada e fornecer feedback, se necessário, para futuras referências e melhorias no processo de contratação. É importante certificar-se de que todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços foram descartados de acordo com as normas ambientais, conforme comprovado pela empresa contratada. Por fim, implementar um plano de manutenção programada para o poço artesiano com base nas recomendações fornecidas no relatório técnico ajudará a garantir a continuidade da eficiência e da qualidade do sistema.

## 6.6. Infrações e penalidades do Contrato

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do	Impedimento de licitar ou	6 meses

000085



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

contrato sem motivo justificado	contratar com o município de Ivaí	
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Ivaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

## 7. EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA A CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE DISPENSA – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

- Cópia do contrato social;
- Alvará de localização;
- CND Receita Federal;
- CRF-FGTS Caixa Econômica Federal;
- CND Municipal;
- CND Estadual;
- CNDT-TST
- Cartão CNPJ/MF
- Certidão simplificada da junta comercial;
- Certidão de falência e concordata;
- Atestado de capacidade técnica da licitante, emitido por entidade da administração federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto desta licitação, datado e assinado.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## 8.1. Prazo de pagamento:

O prazo de pagamento será de 30 dias, a partir da emissão da nota fiscal fornecida pela empresa.

Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

## 8.2. Haverá Remuneração Variável?

☐ Sim ☒ Não

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

### 9.1. Valor estimado total da contratação:

Aproximadamente R\$ 37.613,33 (trinta e sete mil, seiscentos e treze reais e trinta e três centavos.)

### 9.2. Data da conclusão da formação de preço:

26 de Setembro de 2024.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 10.1. Previsão orçamentária para a contratação

Existe previsão orçamentária.

### 10.2. Rubrica orçamentária para a contratação

Conforme documento anexo.

## 11. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Ivaí- PR, 27 de Setembro de 2024.

Luciano Tomachevski

000086



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO III

### MODELO DE PROPOSTA

#### 1. DADOS DO FORNECEDOR

Razão social: ..... CNPJ: ..... Endereço: ..... E-mail: ..... Telefone: .....

#### 2. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome: .....

CPF: .....

Declaração de estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, de que, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa:

☐ declaramos que SIM

#### 3. INFORMAÇÕES DA PROPOSTA AJUSTADA

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
					Unitário	Total
01						
02						
Preço total geral						

Valor total geral por extenso: .....

#### 4. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.

Data: .....

Nome do fornecedor  
Nome do Responsável  
(assinatura)



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## ANEXO IV

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../ , QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR, E

.....

MUNICÍPIO DE IVAÍ, com sede no(a) ....., na cidade de  
..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº....., neste  
ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº  
de .... de ..... de 20..., CPF: ..... e RG: ....., doravante  
denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº  
....., sediado(a) na ....., em..... doravante  
designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e  
função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada  
nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância  
às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 025 e 029/2023 e  
demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do  
Processo Licitatório \_\_\_\_/\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA 1ª: OBJETO (art: 92, I e II)

1.1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					

1.1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital de Licitação;
- A Proposta do contratado; e
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação do

2.2. extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo permitida a prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O prazo de execução/entrega será de 05 dias, de acordo com o previsto no termo de referência.

000087





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA 3ª: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA 4ª: SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA 5ª: PREÇO**

5.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ ....., incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

5.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **CLÁUSULA 6ª: PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O pagamento ocorrerá em até 30 dias, contados da data de entrega do objeto, ou prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

## **CLÁUSULA 7ª: REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/09/2024 (vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 7.3. INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8.
- 7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA 8ª: CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

000088



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

8.10. A Administração terá o prazo de *15 dias* a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA 9ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

---

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação; exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## **CLÁUSULA 10ª: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:
- 10.2. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;
- 10.3. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- 10.4. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- 10.5. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- 10.6. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- 10.7. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
- 10.8. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

000089



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

- 10.9. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- 10.10. as informações sobre os titulares envolvidos;
- 10.11. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- 10.12. os riscos relacionados ao incidente;
- 10.13. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- 10.14. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
- 10.15. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;
- 10.16. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;
- 10.17. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
- 10.18. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
- 10.19. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e
- 10.20. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.
- 10.21. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

## **CLÁUSULA 11ª: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

---

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA 12ª: CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

---

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.4. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após anegociação;
- 12.5. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

- 12.6. 12.1.2.5.apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação fraudar a licitação
- 12.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei; 12.1.6.2.induzir deliberadamente a erro no julgamento; 12.1.6.3.apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.14. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal;
- 12.15. advertência;
- 12.16. multa;
- 12.17. impedimento de licitar e contratar e
- 12.18. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 12.19. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.20. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.21. as peculiaridades do caso concreto
- 12.22. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.23. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.24. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.25. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 12.26. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.27. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

000090



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

12.28. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VIII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.

12.29. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

12.30. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

12.31. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.32. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.33. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.34. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **CLÁUSULA 13ª: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

13.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

## CLÁUSULA 14ª: CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação a seguir discriminada:

05001206062001201433903900000 0590

## CLÁUSULA 15ª: DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA 16ª: ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA 17ª: PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## CLÁUSULA 18ª: FORO (art. 92, §1º)

18.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Ibituva/Pr.

000091





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Ivaí-PR, ..... de ..... de .....

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

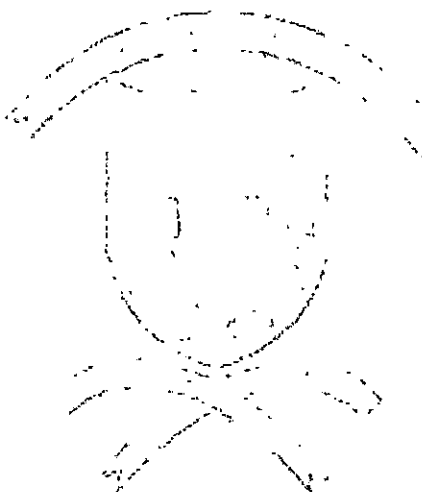
CPF

Assinatura:

Nome:

CPF

Assinatura





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

ANEXO V - Modelo de declaração conjunta

COLOCAR O TIMBRE DA EMPRESA

## TERMO DE DECLARAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

O signatário da presente, em nome da proponente (nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_ declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao município de Ivaí.

2. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

3. Dentre os membros do quadro societário, há cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investindo em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas? (Súmula vinculante nº 13 - STF)

( ) Não

( ) Sim

Em Caso Positivo, apontar:

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Relação de parentesco:	Relação de Parentesco:

000092



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Relação de parentesco:	Relação de Parentesco:

	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade (familiares do cônjuge).
1º grau	Pai, mãe e filho(a).		Padrasto, madrastra, enteado(a), sogro(a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto(a).	Irmãos.	Cunhado(a), avô e avó do cônjuge.
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto(a).	Tio(a) e sobrinho(a) (a).	Concunhado(a).

4. Para os fins requeridos no §1º, do artigo 9º da Lei nº 14.133/2021, não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal e Fundação Cultural.

5. Ao participar deste processo consente, de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência deste processo, estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins especificados. E, nos termos da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), se compromete a observar a legislação aplicável à espécie, promovendo o tratamento de todos os dados que possua acesso decorrente da execução do presente contrato administrativo, bem como, se responsabilizando por eventuais ilícitos



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

praticados por si e seus prepostos, visando sempre proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

6. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta de preços.

7. Minha empresa não está sancionada com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Ivaí ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública

8. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

09. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e

10. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(nome completo do representante da empresa, nº do RG e assinatura)

000093

**Publicado por:**  
Bruna Pereira Martins Alves  
**Código Identificador:**37C6D1D2

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES**  
**EXTRATO ADITIVO - PE42.2023**

**EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL**

Termo aditivo nº 01/2024 ao contrato nº. 0138/2023, referente a licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2023, : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO ATUARIAIS E PREVIDENCIÁRIOS, BEM COMO EMISSÃO DE PARECER MENSAL SOBRE A EVOLUÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS DE ITAÚNA DO SUL (FUNPREMISUL). CONTRATADA: ACTUARY ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA LTDA, inscrito no CNPJ, sob nº 21.810.869/0001-71, sediada na Avenida Presidente Kennedy, 2999, Sala 08 e 09, Andar 02, Bairro Água Verde, CEP 80.610-010, telefone 41 3329-0008 e-mail, fernando@actuary.com.br, neste ato representado pelo Fernando Traleski, Sócio / Diretor, RG: 6.080.069-3 SSP-PR / CPF: 015.713.769-41, endereço Avenida Presidente Kennedy, 2999, Sala 08 e 09, Andar 02, Bairro Água Verde, CEP 80.610-010.

**OBJETO DO ADITIVO:** O presente aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, por mais 12 meses, com novo vencimento em 27/09/2025 e, consequentemente, a renovação de 100% da quantidade inicialmente contratada nos termos do Artigo 107 da Lei 14.133/2021.

Itaúna do Sul-PR, 26 de setembro de 2024.

Autoridade Competente:  
**SIDNEI CARRILHO PELIZER.**  
Prefeito Municipal.

**Publicado por:**  
Bruna Pereira Martins Alves  
**Código Identificador:**DC5FB41A

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES**  
**EXTRATO ADITIVO**

**EXTRATO DE ADITIVO**

SEGUNDO Termo de aditivo do contrato nº. 09/2023. **OBJETO DO CONTRATO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA PSICOPEDAGOGIA PARA AVALIAÇÃO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONTRATADA: JULIANA LEME DE CAMARGO, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 41.034.699/0001-98, sediado(a) na Rua Luis Paviani, 242, centro, 87.970-000, Nova Londrina/PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por JULIANA LEME DE CAMARGO, CPF047.431.889-38, conforme CCMEI apresentada nos autos. **OBJETO DO ADITIVO:** Prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado de prestação de serviços continuados, por mais 04 meses e, consequentemente, o aumento proporcional da quantidade inicialmente contratada nos termos da Lei 14.133/2021

ITAÚNA DO SUL-PR, 26 de setembro de 2024.

**SIDNEI CARRILHO PELIZER.**  
Prefeito Municipal.

**Publicado por:**  
Bruna Pereira Martins Alves  
**Código Identificador:**B9E1023F

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2024**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2024**

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de Poço Artesiano da localidade de Lageado.

Dotação orçamentária:

05001206062001201433903900000 0590

**Data do certame e horário:**

**De 03/10/2024 às 8h00min**

**Até 07/10/2024 às 8h00min**

**PERÍODO DE LANCES:**

**De 07/10/2024 às 8h15min**

**Até 07/10/2024 às 14h15min**

Prazo de etapa de lances: 06 (seis) horas.

**Valor estimado total da contratação: R\$ 37.613,33 (trinta e sete mil, e seiscentos e treze reais e trinta e três centavos).**

Local do certame: <https://bllcompras.com/Home/Login>

**MARCIA LUCIENE KOBILARZ -**

Agente de Contratação - Conforme Portaria 002/2024.

Ivaí, 02 de outubro de 2024

**Publicado por:**  
Keila Storer Bueno  
**Código Identificador:**9F2D9AAE

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2024**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 060/2024**

**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2024**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 060/2024**

(Lei nº 14.133/2021)

**OBJETO:** Credenciamento de pessoa jurídica ou física, proprietária de imóvel, interessada em firmar termo de exploração mineral, por meio de contrato administrativo, para o fornecimento de cascalho com a finalidade de utilizá-los em obras públicas de recuperação e manutenção de estradas municipais, dentre outras, mediante aquisição de cargas, em atendimento a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

**Sessão de julgamento:** 10/10/2024 às 10h00min.

**Protocolo:** Os interessados deverão protocolar sua documentação junto ao Departamento de Licitação, na Rua Rui Barbosa, nº. 632, Centro, Ivaí/Pr, a Proposta e toda a documentação necessária para o Credenciamento.

Dotação orçamentária:

10002267822601106933903600000 3100

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: [site-www.ivaipr.gov.br](http://site-www.ivaipr.gov.br)

Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR  
Rua Rui Barbosa, 606- Centro - Ivaí - PR - fone - (42) 3247-1222 - ramal 216

Ivaí, 02 de outubro de 2024.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Keila Storer Bueno  
**Código Identificador:**3FFECEEF

**GABINETE DO PREFEITO**  
**MANUAL DE ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO,**  
**ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DO PPA, LDO E LOA**

MANUAL DE ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO,  
ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DO PPA, LDO E LOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - 2024

000094



## Falecimentos

SEPULTADOS  
DE 02/10

Abigail Pires Lascoski Chimim, 93 anos  
Amelia Rodrigues dos Santos, 71 anos  
Celso Baptista, 69 anos  
Diva de Melo Santos, 80 anos  
Maria de Fatima Maia da Luz, 68 anos  
Maria de Lourdes dos Santos, 65 anos  
Maria Ferreira da Conceição, 88 anos  
Nacília Aparecida Lopes Barbosa, 77 anos  
Suely Selma Serenato, 72 anos  
Teresinha Fernandes Gonçalves, 70 anos  
Veronica Plakoski Bruczkoski, 82 anos

SEPULTAMENTOS EM  
03/10

leira, 78 anos  
Velório: Capela Santa Luiza  
Cemitério Faxinalzinho, às 9h

Antônio Carlos Schiniegowski, 54 anos  
Velório: Capela municipal São José  
Cemitério a definir, horário a definir

José Valdecir de Paula Neves, 51 anos  
Velório: Em outro município  
Cemitério em Prudentópolis, às 11h

Lucca Miguel do Nascimento Alves de Melo, 3 meses  
Velório: Capela municipal São José  
Cemitério Parque Campos Gerais, às 10h

Marilda Gonçalves, 65 anos  
Velório: Outro local em Ponta Grossa  
Cemitério Colônia Sutil, às 10h30

Matilde Paduch Walus, 80 anos  
Velório: Capela do Iuto Santana  
Cemitério Santo Antônio, às 9h

s Aparecida Moreira, 35 anos  
velório: Capela São Francisco  
Cemitério São Vicente de Paula, às 11h

**PRINCESA**  
assistência

**O plano da família**  
PONTAGROSSENSE

(42) 3223-9165 | (42) 99999-9009  
R. BARÃO DE TEFFE, 188  
CENTRO | PONTA GROSSA

(42) 3222-4046 | (42) 9 9999-5603  
R. GENERAL CARNEIRO, 509  
CENTRO | PONTA GROSSA

www.princesaassistencia.com.br

## PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA  
ESTADO DO PARANÁ

## DISPENSA ELETRÔNICA

Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA Nº 28/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob Nº. 01.616.255/0001-46.  
OBJETO: Aquisição de girafas de pelúcias para os alunos da educação infantil municipal de Guamaranga.  
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO  
R\$ 14.991,00 (Catorze mil novecentos e noventa e um reais).  
PERÍODO DE PROPOSTAS  
De 03/10/2024, às 08h00min  
Até 08/10/2024, às 08h00min  
PERÍODO DE LANCES  
De 08/10/2024, 09h00min  
Até 08/10/2024, 15h00min  
PREFERÊNCIA ME/EP/EQUIPARADAS: SIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ  
ESTADO DO PARANÁAVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de Poço Artesiano da localidade de Lageado.  
Dotação orçamentária:  
05001206062001201433903900000 0590  
Data do certame e horário:  
De 03/10/2024 às 08h00min  
Até 07/10/2024 às 08h00min  
PERÍODO DE LANCES:  
De 07/10/2024 às 8h15min  
Até 07/10/2024 às 14h15min  
Prazo de etapa de lances: 06 (seis) horas.  
Valor estimado total da contratação: R\$ 37.613,33 (trinta e sete mil, e seiscentos e treze reais e trinta e três centavos).  
Local do certame: <https://blcompras.com/Home/Login>  
Marcia Luciene Koblarz - Agente de Contratação - conforme Portaria 002/2024.  
Ivaí, 02 de outubro de 2024

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2024  
INEXIGIBILIDADE Nº 060/2024  
(Lei nº 14.133/2021)

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica ou física, proprietária de imóvel, interessada em firmar termo de exploração mineral, por meio do contrato administrativo, para o fornecimento de cascalho com a finalidade de utilizá-los em obras públicas de recuperação e manutenção de estradas municipais, dentre outras, mediante aquisição de cargas, em atendimento a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.  
Sessão de julgamento: 10/10/2024 às 10h00min.  
Protocolo: Os interessados deverão protocolar sua documentação junto ao Departamento de Licitação, na Rua Rui Barbosa, nº. 632, Centro, Ivaí/PR, e Proposta e toda a documentação necessária para o Credenciamento.  
Dotação orçamentária:  
10002267822601106933903600000 3100  
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: site [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br)  
Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR  
Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - fone - (42) 3247-1222 - ramal 216  
Ivaí, 02 de outubro de 2024.  
Orli Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA  
ESTADO DO PARANÁPREGÃO ELETRÔNICO 31/2024  
FORMA ELETRÔNICA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto aquisição de 1 (um) veículo utilitário 0 km, a ser adquirido via Convênio da SEAB que integram o Plano Paraná Mais Cidades III - PPMC III - convênio/contrato de repasse nº 020/2024 - DEAGRO, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente e aquisição de 05 (CINCO) veículos, 0 km (zero quilometro), ano e modelo mínimos 2023/2024, de primeiro uso, emplacado, com capacidade de 5 lugares cada veículo, para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Guamaranga.  
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 600.005,85 (Seiscentos mil, cinco reais e oitenta e cinco centavos).  
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 15/10/2024 às 09H (horário de Brasília)  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote.  
MODO DE DISPUTA: Aberto  
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h do dia 15/10/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 15/10/2024.  
Os esclarecimentos deverão ser somente pela plataforma: BLL Compras no endereço: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) Esclarecimentos não serão respondidos por telefone.  
O Pregão ELETRÔNICO, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.  
Guamaranga, 02 de Outubro de 2024.

MAURÍCIO QUEIROZ ALVARES  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL 310/2024

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA, ESTADO DO PARANÁ

## AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 07/2024

O MUNICÍPIO DE IPIRANGA, Estado do Paraná, com sede na Rua XV de Novembro, nº. 545, Centro, Cep: 84450-000, nesta cidade, através do seu Prefeito Municipal, torna público que fará realizar, junto ao Departamento de Licitação, do Município de Ipiranga, situado no horário e endereço a seguir mencionados, CREDENCIAMENTO através de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados para realizar serviços de médico auditor, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal.  
Os interessados deverão protocolar sua documentação junto ao Departamento de Licitação, na Rua XV de Novembro, nº. 589, Centro, Ipiranga/PR, no horário das 08h30min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, a Proposta e toda a documentação necessária para o Credenciamento.  
O credenciamento poderá ser solicitado a partir de 03 de outubro de 2024 até 03 de maio de 2025.  
A primeira sessão de abertura dos envelopes das proponentes que protocolaram seus requerimentos manifestando interesse no credenciamento, será realizada no dia 25 de outubro de 2024 às 15:30 horas.  
As sessões públicas posteriores serão realizadas em prazo não superior a 30 (trinta) dias da apresentação da documentação de futuros interessados.  
O edital completo com seus anexos, adendos, alterações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima e site: [www.ipiranga.pr.gov.br](http://www.ipiranga.pr.gov.br), podendo ser solicitados através do e-mail [licitacao@ipiranga.pr.gov.br](mailto:licitacao@ipiranga.pr.gov.br).  
Demais informações: e-mail: [licitacao@ipiranga.pr.gov.br](mailto:licitacao@ipiranga.pr.gov.br) e Fax: 0xx42 3242-8501.  
Ipiranga - PR, 01 de outubro de 2024

DOUGLAS DAVI CRUZ  
Prefeito Municipal

Agência do Trabalhador  
de Ponta Grossa  
3220-1070

**ACOUEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AJUDANTE DE MOTORISTA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AJUDANTE DE SERRALHEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ALMOXARIFE**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ANALISTA FISCAL (ECONOMISTA)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**APONTADOR DE OBRAS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ASSISTENTE DE VENDAS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE BALCÃO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE BALCONISTA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE BALCÃO(PCD)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE BUFFET**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE FARMÁCIA - BALCONISTA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE LANCHONETE(PCD)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE LANCHONETE**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE LOJAS(PCD)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE LOJAS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE PADARIA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUDITOR CONTÁBIL**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE ARMAZENAMENTO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE COZINHA(PCD)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE COZINHA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE CRÉDITO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE CUSTOS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE ESTOQUE**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO(PCD)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE JARDINAGEM**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE LIMPEZA(PCD)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE LIMPEZA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇÃO(PCD)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇÃO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE MARCENEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE PADEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR TÉCNICO DE MONTAGEM(PCD)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**BALANCEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**BORRACHEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CALÇA DE LOJA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CAMAREIRA DE HOTEL**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CARPINTEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CARTAZEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CASEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CHEFE DE COZINHA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CHURRASQUEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CHURRASQUEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CONFITEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

## LOCAÇÃO DE

IMPRESSORAS | MULTIFUNCIONAIS | SCANNERS | PLOTTERS

SISTEMA DE BILHETAGEM, REVENDA DE EQUIPAMENTOS,  
SUPRIMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

hp EPSON xerox brother SAMSUNG Canon

MOPEL®

42. 3229-9272  
42. 9 9102-4550  
42. 9 9106-1598  
[contato@mopelog.com.br](mailto:contato@mopelog.com.br)

000095





MARCIA Kobilarz &lt;kobilarzmarcia@gmail.com&gt;

**Análise de edital - BLL COMPRAS**

1 mensagem

Joyce Santos &lt;joyce.santos@bll.org.br&gt;

Para: gabinete@ivai.pr.gov.br, kobilarzmarcia@gmail.com

Boa tarde, Conductor!

Em análise dos processos publicados na plataforma BLL Compras, identificamos que o processo 001/2024 tem divergência referente a exclusividade ME/ EPP, pois está exclusivo na encontramos essa informação e, para que o seu processo ocorra em acordo com o edital é necessário realizar a correção.

Qualquer dúvida estamos a disposição.

**Nossos canais de atendimento:**

Atendimento Fixo - Suporte ao fornecedor: (41)3097-4600

Atendimento Fixo - Suporte ao órgão público: (41)3148-9870

**Contatos pelo whatsapp:**

1) 3149-9300 Salve este número em sua agenda de contatos para interagir melhor com nossas equipes!

Atenciosamente,

**JOYCE SANTOS****ASSISTENTE DE SUPORTE****SUPORTE AO ÓRGÃO**

Contato: 📞 (41) 3148-9870

Whatsapp: 📞 (41) 3149-9300

B1



@BLL COMPRAS

Av. Camilo di Lellis, 348, SL 115 Pinhais-PR CEP 83323-000

000096



# MUNICÍPIO DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

**\*\*NOTA DE ESCLARECIMENTO\*\***

**\*\*DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024\*\***

**\*\*PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2024\*\***

**Objeto: Contratação de empresa para serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano localizado em Lageado.**

1. **\*\*Data do certame e horário:\*\***

- Início: 03/10/2024 às 8h00
- Término: 07/10/2024 às 8h00

2. **\*\*Período de lances:\*\***

- Início: 07/10/2024 às 8h15
- Término: 07/10/2024 às 14h15

3. No que se refere aos "Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE: Sim", esclarecemos que somente poderão participar deste processo as empresas classificadas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), de acordo com a Lei Geral nº 123/2006, a Lei Complementar 147/2014 e a Lei Municipal 1504/2024. **Portanto, o certame é EXCLUSIVO para essas categorias.**

Ressaltamos que a correção não impactará o conteúdo do objeto e a data de disputa permanecerá inalterada.

Sem mais para o momento;  
Ivaí, 04 de outubro de 2024.

Marcia Luciene Kobilarz  
Agente de contratação

000097





**ÁGUA VIVA  
ARTESIANOS**

**ÁGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS**  
PERFURAÇÃO DE POÇOS, MANUTENÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS

Comércio de Bombas Submersas, Bomas Centrífugas Multiestágios, Motores Elétricos, Quadros de Comando, Caixa D' Água Metálica Aérea, Bebedouro Australiano, Estrutura Metálica, Reservatórios, Recipientes Metálicos, Tubos Edutores, etc.

E.C.P.A. COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 05.648.964/0001-64 I.E. 90567207-04  
Tel: (42)3436-3517 Cel : (42)9 9929-7490/ (42)9 9143-9898 E-mail: aguaviva\_artesianos@hotmail.com

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024

Nome de Fantasia: Água Viva Poços Artesianos

Razão Social: E.C.P.A Comércio de Mat. de Construção LTDA.

CNPJ: 05.648.964/0001-64 ☒ OPTANTE PELO SIMPLES? SIM (X)

Endereço: Rua Treze de Maio, nº 32.

Bairro: Centro

Município: Imbituva Estado: Paraná CEP: 84430-000

Fone/Fax: (42) 34363-3517 E-MAIL: aguaviva\_artesianos@hotmail.com.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ.

CARTA PROPOSTA

ITEM	NOME PRODUTO/SERVIÇO	QTD.	UNI.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de Poço Artesiano da localidade de Lageado.	01	SERV.	R\$ 37.613,33	R\$ 37.613,33

000098

VALOR GLOBAL: R\$ R\$ 37.613,33.

TRINTA E SETE MIL, SEISCENTOS E TREZE REAIS E TRINTE E TRÊS CENTAVOS.

Imbituva, 07 de outubro de 2024.

EMERSON CIRINALDO  
PAES DE  
ALMEIDA:02264136910

Assinado de forma digital por  
EMERSON CIRINALDO PAES  
DE ALMEIDA:02264136910  
Dados: 2024.10.07 13:31:42  
-03'00'

EMERSON CIRINALDO PÃES DE ALMEIDA

CPF: 022.641.466-10

Proprietário



000099



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivaipr.gov.br

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

**Atestamos para os devidos fins, que a empresa E.C.P.A - Comercio de Materiais de Construção - Me. - CNPJ/MF 05.648.964/0001-64, localizada a Getulio Vargas, 388 , Centro, Imbituva , Paraná, FORNECEU uma (01) moto bomba d'água, 5 CV, 31 estágios para o sistema de abastecimento de água da comunidade de Chapada - instalação no local, através do contrato 311/2017 oriundo da licitação 159/2017 - Pregão Presencial 136/2017.**

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO 311/2017

§ Único - artigo 61 - Lei 8.666/93.

Origem: Licitação N° 159/2017

Pregão Presencial N° 136/2017

(Leis Federais n° 8.666/93 e 10.520/2002)

OBJETO: aquisição de uma (01) moto bomba d'água, 5 CV, 31 estágios para o sistema de abastecimento de água da comunidade de Chapada - instalação no local.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ivaí.

CONTRATADO: E.C.P.A. Comércio de Materiais de Construção Ltda. Me

Valor global: R\$ 6.950,00.

VIGÊNCIA: 30.10.2017 a 28.12.2018.

DATA DA ASSINATURA: 27.10.2017.

Idir Treviso - Prefeito Municipal- contratante

E.C.P.A. Comércio de Materiais de Construção Ltda. Me

Contratada

**O contrato foi cumprido dentro do prazo previsto, atendido com eficiência e rapidez e de acordo com as especificações exigidas.**

**Nada temos a declarar que desabone a idoneidade da referida empresa, atribuindo-lhe conceito ótimo aos itens supra.**

**Ivaí, 24 de maio de 2018.**

**Atenciosamente,**

  
Marco Antonio Jensen

Departamento Municipal de Licitações

Prefeitura Municipal de Ivaí - Pr

Decreto de nomeação n° 037/2018.

000100



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIBAGI

ESTADO DO PARANÁ

Pç. Edmundo Mercer, 34 – Fone: (42) 3916-2200 – 84300-000 - Tibagi – PR - [www.tibagi.pr.gov.br](http://www.tibagi.pr.gov.br)

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Tibagi, Estado do Paraná, Situada no endereço Pç: Edmundo Mercer, nº 34, Centro, CEP nº 84.300-000, e inscrita no CNPJ nº 76.170.257/0001-53, atesta para os devidos fins que a empresa **E.C.P.A COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 05.648.964/0001-64, estabelecida na Rua Alberto Diedrichs, nº 653, centro – Imbituva-Pr, executou serviços de Perfuração de Poço Tubular profundo (Poço Artesiano) na localidade de Pinheiro Seco de Baixo, no município de Tibagi-Pr.

Informamos que os serviços contratados foram executados dentro dos prazos e de acordo com as normas técnicas, atendendo as condições contratuais e para que surtam os efeitos legais, firmamos o presente.

Tibagi, 29 de agosto de 2023.

Fabiano Carneiro de Oliveira  
Secretário Municipal de Agricultura  
Decreto nº 0401/2022

Fabiano Carneiro de Oliveira  
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento





**ÁGUA VIVA  
ARTESIANOS**

## **ÁGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS**

PERFURAÇÃO DE POÇOS, MANUTENÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS

Comércio de Bombas Submersas, Bomas Centrífugas Multiestágios, Motores Elétricos, Quadros de Comando, Caixa D' Agua Metálica Aérea, Bebedouro Australiano, Estrutura Metálica, Reservatórios, Recipientes Metálicos, Tubos Edutores, etc.

E.C.P.A. COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 05.648.964/0001-64 I.E. 90567207-04

Tel: (42)3436-3517 Cel : (42)9 9929-7490/ (42)9 9143-9898 E-mail: [aguaviva\\_artesianos@hotmail.com](mailto:aguaviva_artesianos@hotmail.com)  
Rua Alberto Diedrichs, 653 Centro Escritório: Rua Treze de Maio, 32 Centro – Imbituva- Pr

### DECLARAÇÃO UNIFICADA À PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ – PR.

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2024

Nome de Fantasia: Água Viva Poços Artesianos

Razão Social: E.C.P.A Comércio de Mat. de Construção LTDA.

CNPJ: 05.648.964/0001-64 OPTANTE PELO SIMPLES? SIM (X)

Endereço: Rua Treze de Maio, nº 32.

Bairro: Centro

Município: Imbituva Estado: Paraná CEP: 84430-000

Fone/Fax: (42) 34363-3517 E-MAIL: [aguaviva\\_artesianos@hotmail.com](mailto:aguaviva_artesianos@hotmail.com).

DECLARA sob as penas da Lei:

- 1 - Até a presente data encontra-se desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme Art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93;
- 2 - Que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93;
- 3 - Que não constam em nossos quadros societários colaboradores do órgão promotor do pregão eletrônico que mantenham vínculo familiar com detentor de cargo em comissão ou função de confiança, atuante na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;
- 4 - Que não estamos impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de

000102

suas esferas;

5 - Que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a Instrução Normativa de nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG); (para Micro e pequenas empresas)

6 - Que, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, esta licitante cumpre todos os requisitos legais previstos para a qualificação como (Microempresa / Microempreendedor Individual / Empresa de Pequeno Porte / Sociedade Cooperativa de Consumo), estando aptos a usufruirmos do tratamento diferenciado, não nos enquadrando em nenhuma das vedações previstas no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014, 155/2016 e Decreto Federal nº 8.538/2015, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências superiores;

Imbituva, 07 de outubro de 2024.

EMERSON CIRINALDO

PAES DE

ALMEIDA:02264136910

Assinado de forma digital por

EMERSON CIRINALDO PAES DE

ALMEIDA:02264136910

Dados: 2024.10.07 13:32:08 -03'00'

EMERSON CIRINALDO PÃES DE ALMEIDA

CPF: 022.641.466-10

SÓCIO PROPRIETÁRIO



000103



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**  
CNPJ: **05.648.964/0001-64**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:25:45 do dia 02/07/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/12/2024.

Código de controle da certidão: **36D8.E831.96AE.A266**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

000104





Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

## **Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 034301869-17

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.648.964/0001-64**

Nome: **E.C.P.A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 12/12/2024 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



MUNICÍPIO DE IMBITUVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DIVISÃO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nº 2496 / 2024

**IMPORTANTE:**

1. Fica ressalvado o direito da fazenda municipal cobrar débitos constatados posteriormente mesmo referente ao período compreendido nesta certidão.
2. A presente certidão tem validade até **03/11/2024**, sem rasuras e no original.

**CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO EXISTE DÉBITO TRIBUTÁRIO VENCIDO RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.**

Imbituva, 04 de Outubro de 2024

**REQUERENTE:** Emerson Cirinaldo Paes de Almeida

**CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:**  
4HHJ5UFFH2ZJXM8UMBF

**FINALIDADE:** CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

**NOME EMPRESARIAL:** E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

**INSCRIÇÃO MUNICIPAL**

32930

**CNPJ**

05.648.964/0001-64

**INSCRIÇÃO ESTADUAL**

**ALVARÁ**

037

**ENDEREÇO**

RUA ALBERTO DIEDRICHS, 653 - CENTRO Imbituva - PR CEP: 84430000

**CNAE / ATIVIDADES**

Comércio varejista de materiais de construção em geral, Perfuração e construção de poços de água, Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente, Comércio varejista de tintas e materiais

000106

para pintura, Comércio varejista de material elétrico, Comércio varejista de ferragens e ferramentas, Comércio varejista de madeira e artefatos, Comércio varejista de materiais hidráulicos, Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas, Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente, Comércio varejista de artigos de iluminação

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:  
<http://www.imbituva.pr.gov.br> - Validação de Certidão.

000107

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.648.964/0001-64  
**Razão Social:** E C P A COM MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTD  
**Endereço:** RUA ALBERTO DIETRICHICS653 / CENTRO / IMBITUVA / PR / 84430-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/09/2024 a 25/10/2024

**Certificação Número:** 2024092606221853610447

Informação obtida em 07/10/2024 16:57:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.648.964/0001-64

Certidão nº: 68627416/2024

Expedição: 07/10/2024, às 14:20:38

Validade: 05/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.648.964/0001-64**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

IMBITUVA CARTORIO DISTRIBUIDOR  
RUA SANTO ANTONIO, 915 - CENTRO  
IMBITUVA/PR - 84430-000

**TITULAR**  
JOEL PEREIRA DA CRUZ  
**JURAMENTADOS**  
DIMAS ROESLER  
DAYANA SCHEIDT

**Certidão Negativa**

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição de ações de FALÊNCIA E CONCORDATA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

**E. C. P. A. COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME**

CNPJ 05.648.964/0001-64, no período compreendido desde 01/01/1989, data de instalação deste cartório, até a presente data.

IMBITUVA/PR, 03 de Outubro de 2024

DAYANA SCHEIDT



Certificação



Custas = R\$ 42,95

Página 0001/0001

000110

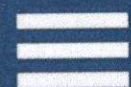




# SICA F



Fornecedor não credenciado.



Consultar Restrição Contratar Administração Pública

## Pesquisar Fornecedor

Tipo de Pessoa



Pessoa Jurídica



Pessoa Física



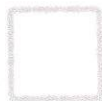
Estrangeiro

CNPJ

05.648.964/0001-64

Razão Social

E.C.P.A COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO



Não sou um robô



reCAPTCHA

[Privacidade](#) - [Termos](#)

PESQUISAR

000111

000112

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS  
CPF / CNPJ sancionado: 124.604.239-85

LIMPAR

Data da consulta: 09/10/2024 09:30:21  
Data da última atualização: 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 10/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 10/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

000113

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CNEP  
CPF / CNPJ sancionado: 124.604.239-85

LIMPAR

Data da consulta: 09/10/2024 09:30:21  
Data da última atualização: 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 10/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 10/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									





Fornecedor não credenciado.



Consultar Restrição Contratar Administração Pública

## Pesquisar Fornecedor

Tipo de Pessoa

☐

Pessoa Jurídica

☒

Pessoa Física

☐

Estrangeiro

CPF

022.641.369-10

Nome

EMERSON CIRINALDO PÃES DE ALMEIDA



Não sou um robô



reCAPTCHA  
Privacidade - Termos

PESQUISAR

000114

ST 000

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS  
CPF / CNPJ sancionado: 022.641.369-10

LIMPAR

Data da consulta: 09/10/2024 10:31:09  
Data da última atualização: 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 10/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 10/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

9170000

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CNEP  
CPF / CNPJ sancionado: 022.641.369-10

LIMPAR

Data da consulta: 09/10/2024 10:31:09  
Data da última atualização: 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 10/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 10/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									





# SICAF



Fornecedor não credenciado.



Consultar Restrição Contratar Administração Pública

## Pesquisar Fornecedor

Tipo de Pessoa

☐

Pessoa Jurídica

☒

Pessoa Física

☐

Estrangeiro

CPF

124.604.239-85

Nome

DAVI DE DOUZA ALMEIDA

☐

Não sou um robô



reCAPTCHA

Privacidade - Termos

PESQUISAR

000117



FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CNEP  
CPF / CNPJ sancionado: 05.648.964/0001-64

LIMPAR

Data da consulta: 09/10/2024 09:30:21  
Data da última atualização: 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 10/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 10/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

811000

677000

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CEIS  
CPF / CNPJ sancionado: 05.648.964/0001-64

LIMPAR

Data da consulta: 09/10/2024 09:30:21  
Data da última atualização: 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 10/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 10/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 10/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.648.964/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/05/2003
NOME EMPRESARIAL E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) E. C. P. A.			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água 33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R ALBERTO DITRICH	NÚMERO 653	COMPLEMENTO *****	
CEP 84.430-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IMBITUVA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (42) 9974-4032	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 07/10/2024 às 14:21:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

000120



**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/000164**  
**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**NIRE 41205006021**

1

1. **DAVI DE SOUZA ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, menor impúbere, natural da cidade de Imbituva – PR, nascido em 05/10/2015, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.660.359-9 – SSP- PR, inscrito no CPF 124.604.239-85, residente e domiciliado na Rua Getulio Vargas, nº 388, Centro, em Imbituva – PR, CEP 84.430-000, neste ato representado por seu pai Emerson Cirinaldo Paes De Almeida, brasileiro, comerciante, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, natural da cidade de Imbituva – PR, nascido em 05/11/1977, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.361.466-0 – SSP- PR, inscrito no CPF 022.641.369-10, residente e domiciliado na Rua Getulio Vargas, nº 388, Centro, em Imbituva – PR, CEP 84.430-000, e por sua mãe Janaina De Souza Almeida, brasileira, comerciante, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, natural da cidade de Imbituva – PR, nascida em 26/02/1986, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.319.529-9 – SSP- PR, inscrita no CPF 057.929.849-30, residente e domiciliada na Rua Getulio Vargas, nº 388, Centro, em Imbituva – PR, CEP 84.430-00.
2. **EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA**, brasileiro, comerciante, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, natural da cidade de Imbituva – PR, nascido em 05/11/1977, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.361.466-0 – SSP- PR, inscrito no CPF 022.641.369-10, residente e domiciliado na Rua Getulio Vargas, nº 388, Centro, em Imbituva – PR, CEP 84.430-000., únicos sócios da Sociedade Limitada **E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, com sede na Rua Alberto Diedrichs, nº 653, Centro, em Imbituva – PR., CEP 84.430-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41205006021, em sessão de 09/05/2003, inscrita no CNPJ sob o nº 05.648.961/001-64, resolvem assim, **ALTERAR** o Contrato Social, mediante as seguintes cláusulas:

000122

**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/000164**  
**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**NIRE 41205006021**

2

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**

Atendendo-se às disposições legais e contratuais vigentes, os sócios aprovam o aumento de Capital Social da empresa em R\$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais), de modo que o Capital Social até então estabelecido no montante de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), divididos em 35.000 (Trinta e cinco mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, passe a totalizar R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divididos em 300.000 (trezentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, aumento realizado mediante a integralização em espécie na presente data pelos sócios EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA E DAVI DE SOUZA ALEIDA, na exata proporção das quotas de capital da sociedade.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO CAPITAL SOCIAL:**

Em decorrência do aumento de capital realizada, na CLÁUSULA PRIMEIRA do ato constitutivo passa a ter a seguinte redação: O capital social é de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), divididos em 300.000 (Trezentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado, sendo distribuídas da seguinte forma:

<b>Sócio</b>	<b>%</b>	<b>Quotas</b>	<b>Capital Social (R\$)</b>
Emerson Cirinaldo de Almeida	95,00%	285.000	R\$ 285.000,00
Davi De Souza Almeida	05.00%	15.000	R\$ 15.000,00
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>300.000</b>	<b>R\$ 300.000,00</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONSOLIDAÇÃO**

À vista da modificação ora ajustada, e para total adequação a lei 10.406/02, CONSOLIDA-SE o presente Contrato Social, de acordo com a seguinte redação:

**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/0001-64**

000123

**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/000164**  
**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**NIRE 41205006021**

3

**NIRE 41205006021**

1. **DAVI DE SOUZA ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, menor impúbere, natural da cidade de Imbituva – PR, nascido em 05/10/2015, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.660.359-9 – SSP- PR, inscrito no CPF 124.604.239-85, residente e domiciliado na Rua Getulio Vargas, nº 388, Centro, em Imbituva – PR, CEP 84.430-000, neste ato representado por seu pai Emerson Cirinaldo Paes de Almeida, brasileiro, comerciante, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, natural da cidade de Imbituva – PR, nascido em 05/11/1977, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.361.466-0 – SSP- PR, inscrito no CPF 022.641.369-10, residente e domiciliado na Rua Getulio Vargas, nº 388, Centro, em Imbituva – PR, CEP 84.430-000, e por sua mãe Janaina De Souza Almeida, brasileira, comerciante, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, natural da cidade de Imbituva – PR, nascida em 26/02/1986, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.319.529-9 – SSP- PR, inscrita no CPF 057.929.849-30, residente e domiciliada na Rua Getulio Vargas, nº 388, Centro, em Imbituva – PR, CEP 84.430-00.
2. **EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA**, brasileiro, comerciante, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, natural da cidade de Imbituva – PR, nascido em 05/11/1977, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.361.466-0 – SSP- PR, inscrito no CPF 022.641.369-10, residente e domiciliado na Rua Getulio Vargas, nº 388, Centro, em Imbituva – PR, CEP 84.430-000., únicos sócios da Sociedade Limitada **E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, com sede na Rua Alberto Diedrichs, nº 653, Centro, em Imbituva – PR., CEP 84.430-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41205006021, em

000124

**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/000164**  
**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**NIRE 41205006021**

4

sessão de 09/05/2003, inscrita no CNPJ sob o nº 05.648.961/001-64, resolvem assim, **CONSOLIDAR** o Contrato Social, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO NOME EMPRESARIAL**

A Sociedade girará sob o nome empresarial: **E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** e adotará o nome **E. C. P. A.** como nome fantasia.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE**

A Sociedade terá sua sede no seguinte endereço: Rua Alberto Diedrichs, nº 653, Centro, em Imbituva – PR., CEP 84.430-000.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO SOCIAL**

A Sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TINTAS, SOLVENTES E MATERIAIS PARA PINTURA, MATERIAIS ELÉTRICOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS, MADEIRAS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS, ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO, PERFURAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BOMBAS E POÇOS ARTESIANOS.

**Parágrafo Único.** Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) serão exercidas as atividades:

CNAE 47.44-0-99 – Comércio varejista de materiais de construção em geral;

CNAE 47.41-5-00 – Comércio varejista de tintas e materiais para pintura;

000125

**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/000164**  
**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**NIRE 41205006021**

5

CNAE 47.42-3-00 – Comércio varejista de material elétrico;  
 CNAE 47.44-0-01 – Comércio varejista de ferragens e ferramentas;  
 CNAE 47.44-0-02 – Comércio varejista de madeira e artefatos;  
 CNAE 47.44-0-03 – Comércio varejista de materiais hidráulicos;  
 CNAE 47.44-0-04 – Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas;  
 CNAE 47.44-0-05 – Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente;  
 CNAE 47.54-7-03 – Comércio varejista de artigos de iluminação;  
 CNAE 43.99-1-05 – Perfuração e construção de poços de água;  
 CNAE 33.19-8-00 – Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente.

**CLÁUSULA QUARTA – DO INICIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO**

A empresa iniciou suas atividades em 09 de MAIO de 2003 e seu prazo e duração é indeterminado.

**CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divididos em 300.000 (trezentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em moeda corrente do País.

**Parágrafo Único.** O capital encontra-se subscrito e será integralizado no ato da assinatura deste documento, em moeda corrente do País, sendo distribuídas conforme segue:

<b>Sócio</b>	<b>%</b>	<b>Quotas</b>	<b>Capital Social</b>
Emerson Cirinaldo de Almeida	95,00%	285.000	R\$ 285.000,00
Davi De Souza Almeida	05.00%	15.000	R\$ 15.000,00
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>300.000</b>	<b>R\$ 300.000,00</b>

000126

**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/000164**  
**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**NIRE 41205006021**

6

**CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO**

A Sociedade será administrada pelo sócio administrador **EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA**, já devidamente qualificado no preâmbulo deste Contrato Social, a qual exercerá **INDIVIDUALMENTE**, todos os poderes e atribuições de administrador para representar a Sociedade perante os tribunais, órgãos governamentais, autoridades administrativas e terceiros em geral, bem como para assinar quaisquer documentos necessários a esse objetivo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO BALANÇO PATRIMONIAL**

O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro, sendo que, ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultados econômicos, cabendo aos sócios os lucros ou perdas apuradas.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Os administradores da empresa declaram, sob as penas da lei, que não estarem impedidos de exercerem a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, nem condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

000127

**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/000164**  
**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**NIRE 41205006021**

7

Os sócios estão plenamente cientes de todos os termos e efeitos das cláusulas estabelecidas neste Contrato Social e concordam, irrevogavelmente, que quaisquer controvérsias decorrentes do presente Contrato Social ou a ele relacionados serão submetidas, em caso de judicialização, exclusivamente ao Foro Central da Comarca de Imbituva, Estado do Paraná, abrindo mão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS FILIAIS**

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ENQUADRAMENTO**

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que a empresa se enquadra na situação de MICROEMPRESA, nos termos do art. 3º, caput e parágrafos, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, LC nº 123 de 2006)

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RETIRADA PRO-LABORE:** Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, aos administradores, a título de “pró-labore”, sendo essa remuneração inserida na conta das despesas gerais da Sociedade, conforme deliberar a reunião de sócios.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXCLUSÃO DE SÓCIO POR JUSTA CAUSA**

Entende-se como Justa Causa, além de outras hipóteses causadoras de prejuízo aos negócios sociais ou à *affectiosocietatis*, a violação de cláusula contratual, de

000128

**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/000164**  
**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**NIRE 41205006021**

8

acordos de quotistas, a concorrência desleal, o uso indevido da firma ou da denominação social, a recusa à prestação de serviços necessários ao desenvolvimento dos negócios sociais, a superveniência de incapacidade moral, a falência ou insolvência civil, e incompatibilidade com os demais sócios.

**Parágrafo Primeiro:** A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

A Sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUCESSÃO SOCIETÁRIA:**

Em caso de falência, falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para essa finalidade.

**Parágrafo Primeiro:** Na hipótese de aquisição, por um dos sócios, das quotas a que tinha direito o falido, o *de cujus*, junto ao espólio, ou o interdito, junto ao curador, na forma disposta na Lei, os valores referentes a esta aquisição serão pagos conforme apuração a que se refere o caput desta cláusula.

**Parágrafo Segundo.** Fica, desde já, decidido que aquele que adquirir a parte do sócio falido, faltante ou interditado, o fará mediante pagamento dividido em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais e sucessivas, corrigidas e atualizadas através da

000129



**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/000164**  
**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**NIRE 41205006021**

9

aplicação da variação mensal pelo Índice IGP-M, ou outro que o substitua, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a elaboração do balanço patrimonial.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:**

Os sócios não poderão ceder ou transferir livremente, entre si ou para terceiros, as quotas que possuírem, no todo ou em parte, sem antes oferecê-las a todos os demais sócios, os quais gozam do direito de preferência na sua aquisição, proporcionalmente às respectivas participações no Capital Social.

**Parágrafo Primeiro:** A oferta das quotas deverá ser feita por carta dirigida à Diretoria da Sociedade, contendo a quantidade, preço e condições de pagamento das quotas ofertadas, a qual remeterá cópia a todos os quotistas, que poderão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da citada carta-oferta, pela Diretoria, adquirir as referidas quotas total ou parcialmente. Poderão ainda os quotistas, no mesmo prazo, apresentar ao alienante contraproposta, sendo ao mesmo facultado aceitar ou não. Caso mais de um sócio resolva adquirir tais quotas, estas serão rateadas proporcionalmente, conforme a participação de cada sócio no Capital Social.

**Parágrafo Segundo:** Decorrido o prazo acima sem que haja exercício do direito de preferência, ou este seja exercido apenas sobre parte das quotas ofertadas, ou havendo recusa na contraproposta, poderá, ainda, a Sociedade, nos 30 (trinta) dias seguintes, adquirir as referidas quotas.

**Parágrafo Terceiro:** Ainda que os sócios e a Sociedade não adquiram a totalidade das quotas ofertadas, as mesmas somente poderão ser alienadas a terceiros, desde que no prazo máximo de 60 dias e nas mesmas condições anteriormente ofertadas, com a anuência expressa de sócios que representem 100% do Capital Social.

000130

**E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ 05.648.964/000164**  
**QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

**NIRE 41205006021**

10

**Parágrafo Quarto:** Ficam dispensadas as formalidades e prazos dos parágrafos anteriores se houver concordância expressa por escrito por parte de todos os demais sócios quanto à cessão ou transferência das quotas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS OMISSOS**

Nos casos omissos neste contrato, não serão aplicadas as disposições das Sociedades Simples. Desta forma, a Sociedade se regerá pelos dispositivos referentes às Sociedades Limitadas, constantes na Lei 10.406 de 10.01.2002, e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei nº 6.404 de 15.12.1976, do conhecimento de todos sócios, que a elas se sujeitam como se de cada uma se fizesse aqui especial menção.

E por estarem assim, justos e contratados, lavram e assinam o presente instrumento em 1 (uma) via, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos que será destinada para registro na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR.

IMBITUVA (PR), 18 de NOVEMBRO de 2.023.

**EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA**  
**SÓCIO ADMINISTRADOR**

**DAVI DE SOUZA ALMEIDA**  
**SÓCIO/MENOR IMPÚBERE**

**REPRESENTADO POR EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA(PAI) E**  
**POR JANAINA DE SOUZA ALMEIDA(MÃE)**

000131

**ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa E.C.P.A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02264136910	EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA
05792984930	JANAINA DE SOUZA ALMEIDA



CERTIFICO O REGISTRO EM 23/11/2023 09:09 SOB Nº 20238182967.  
PROTOCOLO: 238182967 DE 20/11/2023.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12316743440. CNPJ DA SEDE: 05648964000164.  
NIRE: 41205006021. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 18/11/2023.  
E.C.P.A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

000132

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados  
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: E.C.P.A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA			Protocolo: PRC2421278870		
NIRE : 41205006021 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41205006021		CNPJ 05.648.964/0001-64		Data de Ato Constitutivo 09/05/2003	
Início de Atividade 15/03/2003					
Endereço Completo a ALBERTO DIETRICH, Nº 653, CENTRO - Imbituva/PR - CEP 84430-000					
Objeto Social COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAGENS, MATERIAIS ELETRICOS, HIDRAULICOS, TELEFONICOS, ESQUADRIAS DE FERRO, MADEIRA, ALUMINIO, E DE PVC, BOX PARA BANHEIROS, PISOS, AZULEJOS, MARMORES, GRANITOS, CERAMICAS E REVESTIMENTOS, TINTAS, SOLVENTES E VERNIZES, MADEIRAS BRUTAS E BENEFICIADAS, PORTAS, BATENTES E GUARNIÇÕES, MOVEIS RESIDENCIAIS, MAQUINAS E FERRAMENTAS MANUAIS E ELETRICAS, MATERIAIS DE ACABAMENTO EM OBRAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, BOMBAS SUBMERSAS, MOTORES ELETRICOS, PEÇAS DE REPOSIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSAS E MOTORES ELETRICOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS E SEMI-ARTESIANOS, MANUTENÇÃO DE MOTORES ELETRICOS E BOMBAS SUBMERSAS.					
Capital Social R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) Capital Integralizado R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)			Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado
Dados do Sócio					
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
DAVI DE SOUZA ALMEIDA	124.604.239-85	R\$ 15.000,00	Sócio	N	Indeterminado
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA	022.641.369-10	R\$ 285.000,00	Administrador / PAI/REPRESENTANTE / Sócio	S	Indeterminado
me	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
DAVI DE SOUZA ALMEIDA	057.929.849-30	R\$ 0,00	MAE/REPRESENTANTE		Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome	CPF	Término do mandato			
EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA	022.641.369-10	Indeterminado			
Último Arquivamento			Situação		
Data	Número	Ato/eventos	ATIVA		
23/11/2023	20238182967	002 / 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	Status		
			XXXXX		

Esta certidão foi emitida automaticamente em 14/06/2024, às 16:26:17 (horário de Brasília).  
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código QFD70P1C.  
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
Secretário(a) Geral



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

ESTADO DO PARANÁ

\*\*\*\*\*

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
Divisão de Cadastro e Tributação

## ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Nº 037/2003

O Município de Imbituva, conforme Protocolo nº 300/2003 de 26 de Maio de 2003 concede Alvará para Localização e Funcionamento a:

**Razão Social:** E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

**Nome Fantasia:** E. C. P. A.

**CNPJ:** 05.648.964/0001-64

**Inscrição Municipal:** 32930

**Localização**

**Área Utilizada:** 60,00 m²

RUA ALBERTO DIEDRICHS, 653 - CENTRO

**Atividades**

4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral.

4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água.

3319-8/00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente.

4741-5/00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura.

4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico.

4744-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas.

4744-0/02 - Comércio varejista de madeira e artefatos.

4744-0/03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos.

4744-0/04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas.

4744-0/05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente.

4754-7/03 - Comércio varejista de artigos de iluminação.

**Emitido em**

04/07/2016

**Observações**


Terceira Via do Alvará de Localização e Funcionamento - SEM ALTERAÇÃO (Protocolo nº 1812/2016 de 01/07/2016)

E-mail: pmf@visaonet.com.br

Fax: (42) 3436-1780


000134





SINTEGRA

Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná



IDENTIFICAÇÃO

Cadastro atualizado até a data da consulta

Data/Hora Host  
CELEPAR  
09/10/2024 - 09:29:34

CNPJ:	05.648.964/0001-64	Inscrição Estadual:	90567207-04
Nome Empresarial:	E.C.P.A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA		

ENDEREÇO

Logradouro:	RUA ALBERTO DIETRICH		
Número:	653	Complemento:	
Bairro:	CENTRO		
Município:	IMBITUVA	UF:	PR
CEP:	84.430-000	Telefone:	(42)3436-3517
E-mail:	AGUAVIVA_ARTESIANOS@HOTMAIL.COM		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica Principal:	4744099 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s):	4741500 - COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA 4742300 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO 4744001 - COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS 4744002 - COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS 4744003 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS 4744004 - COMERCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS 4744005 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE 4754703 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINACAO 4399105 - PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA
Início das Atividades:	08/2011
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 08/2011
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 08/2011
Regime Tributário:	SIMPLES NACIONAL / SIMPLES NACIONAL - DIA 03 DO MES+2
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	<a href="#">Maiores informações clique aqui</a>

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade



tributária derivada de operações com ele ajustadas.

**Este CNPJ possui outra Inscrição Estadual.  
Clique no botão ao lado para consultá-la.**

Outra Inscrição Estadual

[Consultar novo contribuinte do Paraná](#)

[Acessar cadastro de outros Estados](#)





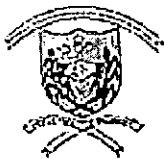
Município de Ivaí - 2024  
Mapa da Licitação  
Processo dispensa 54/2024

Data abertura: 07/10/2024      Data julgamento: 07/10/2024      Data homologação:

Produto		UN.	Quantidade	CNPJ: 05.648.964/0001-64	
				Preço	Marca
<b>Lote 001 - Lote 001</b>					
001	Contratação de empresa especializad	SERV	1,00	37.613,33 *	
a para realizar a limpeza do poçoContratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço artesiano.					
TOTAL DO LOTE				37.613,33 *	0,00      0,00      0,00
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR					
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR				37.613,33	

000137





Fornecedor

Município de Ivaí - 2024  
Classificação por Fornecedor  
Processo dispensa 54/2024

Página 1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 126091-0 E.C.P.A.COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CNPJ: 05.648.964/0001-64 Telefone: (42) 3436-3517 Status: Classificado 37.613,33									
Email: aguaviva_artesianos@hotmail.com									
Representante: 126452-4, EMERSON CIRINALDO DE PAES ALMEIDA									
Lote 001 - Lote 001 37.613,33									
001	48863 Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço	SE	1,00	Classificado			37,613,33	37,613,33	*
Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço artesiano.									
VALOR TOTAL:							37,613,33		

000138

MUNICIPIO DE IVAI  
IVAÍ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024  
Processo Administrativo Nº 0000000000000000054  
Tipo: AQUISIÇÃO  
CONDUTOR: MÁRCIA LUCIENE KOBILARZ  
Data de Publicação: 02/10/2024 15:09:45

TOTAL DO PROCESSO: 37.613,33

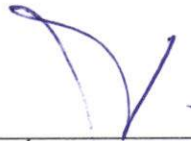
E.C.P.A COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO 05.648.964/0001-64 37.613,33  
LTDA

ITE 1 Quant.: 1 Num: 154 Lance: 37.613,33 Total: 37.613,33

Item: 1 Unidade: SERV Marca: SERVIÇO Modelo: SERVIÇO

Descrição: Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço artesiano.

Quantidade: 1 Val. Ref.: 37.613,33 Valor Unit.: 37.613,33 Total Item: 37.613,33



CONDUTOR: MÁRCIA LUCIENE KOBILARZ



Membro de Apoio BIANCA VITÓRIA ANTUNES DA SILVA

MUNICIPIO DE IVAI  
IVAÍ-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024

Processo Administrativo Nº 00000000000000000054

Tipo: AQUISIÇÃO

CONDUTOR: MÁRCIA LUCIENE KOBILARZ

Data de Publicação: 02/10/2024 15:09:45

LOTE 1 - ADJUDICADO - 09/10/2024 11:43:13

Lote 001

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1      Unidade: SERV      Marca: SERVIÇO      Modelo: SERVIÇO  
Descrição: Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço      Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço artesiano.  
Quantidade: 1      Valor Unit.: 37.613,33      Valor Total: 37.613,33

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 E.C.P.A COMERCIO DE MATERIAIS DE	154	05.648.964/0001-64	37.613,33	37.613,33		Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

  
CONDUTOR: MÁRCIA LUCIENE KOBILARZ

  
Membro de Apoio BIANCA VITÓRIA ANTUNES DA SILVA

MUNICIPIO DE IVAI  
IVAÍ-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024

Processo Administrativo Nº 00000000000000000054

Tipo: AQUISIÇÃO

CONDUTOR: MÁRCIA LUCIENE KOBILARZ

Data de Publicação: 02/10/2024 15:09:45

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 09/10/2024 11:43:18  
Lote 001

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

n: 1	Unidade: SERV	Marca: SERVIÇO	Modelo: SERVIÇO
Descrição: Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço Contratação de empresa especializada para realizar a limpeza do poço artesiano.			
Quantidade: 1	Valor Unit.: 37.613,33	Valor Total: 37.613,33	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 E.C.P.A COMERCIO DE MATERIAIS DE	154	05.648.964/0001-64	37.613,33	37.613,33		Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----



AUTORIDADE: ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaí.pr.gov.br](http://www.ivaí.pr.gov.br) email: [licitacao@ivaí.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivaí.pr.gov.br)

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS

MEMO/2024

DE: SETOR DE LICITAÇÕES

PARA: PROCURADORIA JURIDICA

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria para análise e emissão de parecer jurídico, o processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO 054/2024** para fins de subsidiar o procedimento de Ratificação.

Cordialmente,

Ivaí/PR, 09 de outubro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
MARCIA LUCIENE KOBILARZ  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

000142



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 054/2024

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de Poço Artesiano da localidade de Lageado.

Valor global: R\$ 37.613,33

### CONTRATADO:

- E.C.P.A COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

### TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2024** para o objeto acima descrito, nos termos do **Artigo 75, INCISO II da Lei Federal 14.133/2021**, para proceder à contratação acima descrita observada as demais disposições pertinentes.

Ivaí, 09 de outubro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO  
PREFEITO MUNICIPAL

000143



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO REALIZA A PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ETAPA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS - EDITAL DE PREMIAÇÃO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024 - EDITAL DE PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)

O Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Itaperuçu, através de sua Comissão Paulo Gustavo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e também em conformidade com a Lei Complementar 195/2022, Lei Paulo Gustavo; Decreto Regulamentador nº 11.525/2023; Decreto nº 11.453/2023, **TORNA PÚBLICO** o resultado da ETAPA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS, avaliação e seleção da trajetória cultural realizada pela Comissão de Seleção - EDITAL DE PREMIAÇÃO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024 - EDITAL DE PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)

#### EDITAL 04/2024

PROPONENTE	RESULTADO FINAL
WILSON MONTEIRO FILHO	SELECIONADO
WILSON MONTEIRO	SELECIONADO
CON DANILO DE JESUS	SELECIONADO
LEIA DA APARECIDA MARIANO NASCIMENTO	SELECIONADO
JOÃO JOSÉ MACHADO	SELECIONADO
DIEGO MARCELO FERREIRA	SELECIONADO
JOSÉ DA SILVA	SELECIONADO
ACIR DA SILVA	SELECIONADO
ADRIANE MARIANO NASCIMENTO DO CARMO	SELECIONADO
HENRIQUE MARIANO DO CARMO	SELECIONADO
MARIANE NASCIMENTO DO CARMO	NÃO SELECIONADO
ROMILDO FRANÇA DOS REIS	DESCLASSIFICADO (Não atua como agente cultural. Obras não se enquadram como artesanato/trabalho artístico manual, pois se dão sem transformação da matéria-prima e fundamentalmente sem desenho próprio)

Itaperuçu, 11 de outubro de 2024.

**SIRLEI FERNANDES LUZ**

Secretária Interina de Educação Cultura e Turismo.

**Publicado por:**

Sirlei Terezinha Fernandes Luz

**Código Identificador:**06C19987

#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

#### ADMINISTRAÇÃO RH PORTARIA Nº 276/2024

PORTARIA Nº 276/2024

**SÚMULA:** Concede fracionamento de férias regulamentares ao servidor Alex Aparecido Azevedo Melo e estabelece outras providências.

**GILSON JOSÉ DE GÓIS**, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder o fracionamento de férias regulamentares ao servidor Alex Aparecido Azevedo Melo, matrícula nº 840, CPF 038.5\*\*.\*\*\*-00, com o cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na UAPSF – Unidade de Atenção Primária em Saúde da Família – Diretoria Executiva de Saúde, para o período aquisitivo de 2022/2023, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 14/10/2024 e 02/11/2024, totalizando 20 (vinte) dias.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 11 dias do mês de outubro de 2024.

**GILSON JOSÉ DE GÓIS**

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**LARA FERNANDA DA SILVA**

Diretor Executivo de Saúde.

**Publicado por:**

Allan Thaler Domingos

**Código Identificador:**3A15CF19

#### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

#### DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2024

#### EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2024

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de Poço Artesiano da localidade de Lageado..

**Dotação orçamentária:**

05001206062001201433903900000 0590

**CONTRATANTE:** Município de Ivai - PR

**CONTRATADO:** E.C.P.A COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

**VALOR GLOBAL:** R\$ 37.613,33

**FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 75, INCISO II da Lei Federal 14.133/2021

**RATIFICADO EM** 09/10/2024

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Keila Storer Bueno

**Código Identificador:**21A9EC5A

#### DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 173/2024 - REPUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 173/2024

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

#### RESOLVE

**Art. 1º** - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. **JELSON SIOMBALO**, operador de maquina agrícola, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, no período concessivo de 14 de outubro de 2024 a 12 de novembro de 2024.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivai, em 10 de outubro de 2024.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Letícia Ribeiro Silvestrin

**Código Identificador:**FBA23269

000144



## Falecimentos



### SEPULTADOS DO DIA 11/10

Adão Pereira de Souza, 74 anos  
Francisco Schön, 81 anos  
José Divonir Gonçalves Ferreira, 62 anos  
Luiz Costa, 88 anos  
Luiz Fernando de Lima, 33 anos  
Maria de Lourdes Gurski Rodrigues, 84 anos  
Matheus Alex Albach Meira, 29 anos  
Noeli de Fátima Vieira Matuchski, 51 anos  
Oderlei Kunz Bordinho, 40 anos  
Orides Fernandes, 57 anos  
Rosana da Luz, 57 anos  
Rosemary Aparecida Bueno, 42 anos  
Natiomorto de Brenda de Oliveira Faria

### SEPULTAMENTOS DO DIA 12/10

Miralva Banik Bittencourt, 50 anos  
Velório: Capela do Lito Santana  
Cemitério São José, às 9h30

Paulo Ubrajara Vidal, 60 anos  
Velório: Capela Municipal São José  
Cemitério: São Vicente de Paula, às 10h

Rosi Terezinha Lemos, 44 anos  
Velório: Capela Municipal São José  
Cemitério: Em outro município

**PRINCESA**  
Assistência

**O plano da família**  
PONTAGROSSENSE

(42) 3223-9165 | (42) 99999-9009  
R. BARÃO DE TEFFE, 188  
CENTRO | PONTA GROSSA

(42) 3222-4046 | (42) 99999-5603  
R. GENERAL CARNEIRO, 509  
CENTRO | PONTA GROSSA

www.princesassistencia.com.br

**Agência do Trabalhador de Ponta Grossa**

**3220-1070**

**ACOUGUEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AGENTE FUNERÁRIO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AJUDANTE DE ACOUGUEIRO (COMÉRCIO)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AJUDANTE DE CARGA E DESCARGA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AJUDANTE DE MOTORISTA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AJUDANTE DE SERRALHEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ALMOXARIFE**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ANALISTA DE PESQUISA DE MERCADO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ANALISTA DE PESQUISA DE MERCADO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

## PUBLICAÇÃO LEGAL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - PR

**Aviso de Licitação: Pregão, na forma eletrônica nº 196/2024**  
O Município de Ponta Grossa - PR realizará no dia 31 de outubro de 2024, às 09h00min, através da Bolsa de Licitações e Leilões, para contratação de empresa especializada em serviços elétricos visando a instalação, manutenção e posterior retirada de enfeites natalinos. Valor Máximo: R\$ 585.081,03. Mais informações poderão ser obtidas no horário das 12 horas às 18 horas na sede da prefeitura ou pelo telefone (42) 3220-1000 (ramal 1006) ou ainda através do Portal da Transparência, Ponta Grossa, 11/10/2024  
Alberto Schramm Portugal - Secretário Municipal de Cultura

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREÇO ELETRÔNICO Nº 36/2024

A Prefeitura Municipal de Jaguariáiva, por intermédio de sua Pregoeira designado pelo Decreto Municipal Nº 469/2023, torna público a todos os interessados do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos via satélite por GPS/4G/GSM, para a gestão da Frota Municipal., está SUSPENSO, em virtude de reavaliações na solicitação e posterior edital.  
Jaguariáiva, 10 de outubro de 2024.

ALCIONE LEMOS  
PREFEITA MUNICIPAL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREÇO ELETRÔNICO Nº 60/2024

A Prefeitura Municipal de Jaguariáiva, por intermédio de sua Pregoeira designado pelo Decreto Municipal Nº 469/2023, torna público a todos os interessados do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER PARA O ANO DE 2025, está SUSPENSO, em virtude de reavaliações na solicitação e posterior edital.  
Jaguariáiva, 10 de outubro de 2024.

ALCIONE LEMOS  
PREFEITA MUNICIPAL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREÇO ELETRÔNICO Nº 59/2024

A Prefeitura Municipal de Jaguariáiva, por intermédio de sua Pregoeira designado pelo Decreto Municipal Nº 469/2023, torna público a todos os interessados do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto: Registro de preço objetivando a Contratação de empresa para serviços de Comunicação Visual com a confecção de material personalizado para divulgação, sinalização e identificação de eventos e demais atividades., está SUSPENSO, em virtude de reavaliações na solicitação e posterior edital.  
Jaguariáiva, 10 de outubro de 2024.

ALCIONE LEMOS  
PREFEITA MUNICIPAL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREÇO ELETRÔNICO Nº 56/2024

A Prefeitura Municipal de Jaguariáiva, por intermédio de sua Pregoeira designado pelo Decreto Municipal Nº 469/2023, torna público a todos os interessados do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto: Contratação de Empresa do ramo de tecnologia da informação para prestação de serviço de cessão de uso de softwares para auxílio na formação e elaboração de cota de preços das compras públicas deste município., está SUSPENSO, em virtude de reavaliações na solicitação e posterior edital.  
Jaguariáiva, 10 de outubro de 2024.

ALCIONE LEMOS  
PREFEITA MUNICIPAL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA ESTADO DO PARANÁ

#### DISPENSA ELETRÔNICA AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob. Nº. 01.616.255/0001-46.  
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços de treinamento e acompanhamento online e elaboração de projetos técnicos, junto aos órgãos governamentais ou por meio de financiamentos, atendendo as necessidades da Secretaria de Administração do município de Guamiranga.  
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO  
R\$ 56.000,04 (Cinquenta e seis mil reais e quatro centavos)  
PERÍODO DE PROPOSTAS  
De 11/10/2024, às 08h00min  
Até 17/10/2024, às 08h00min  
PERÍODO DE LANCES  
De 17/10/2024, 09h00min  
Até 17/10/2024, 15h00min  
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MAURICIO QUEIROZ ALVARES  
Agente de contratações

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ ESTADO DO PARANÁ

#### EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção de Poço Artesiano da localidade de Lageado.  
 Dotação orçamentária

0500120602001201433903900000 0500  
CONTRATANTE: Município de Ivai - PR  
CONTRATADO: E.C.P.A. COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA  
VALOR GLOBAL: R\$ 37.613,33  
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, INCISO II da Lei Federal 14.133/2021  
RATIFICADO EM 09/10/2024  
Oli Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

**ANALISTA FISCAL (ECONOMISTA)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**APONTADOR DE OBRAS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ARMADOR DE FERRAGENS NA CONSTRUÇÃO CIVIL**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ASSISTENTE DE VENDAS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE BALCÃO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE BALCONISTA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE BALCÃO(PCD)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE FARMÁCIA - BALCONISTA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE FARMÁCIA - BALCONISTA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE LANCHONETE**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE LOJAS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DE PADARIA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ATENDENTE DO SETOR DE HORTIFRUTIGRANJEIROS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUDITOR CONTÁBIL**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR CONTABIL**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE ARMAZENAMENTO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE COZINHA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE CUSTOS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE ESTOQUE**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE JARDINAGEM NA CONSERVAÇÃO DE VIAS PERMANENTES**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE LIMPEZA(PCD)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE LIMPEZA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇÃO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE LOGÍSTICA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE MARCENEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE PADEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AUXILIAR DE PINTOR DE AUTOMÓVEIS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**AZULEJISTA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**BALANCEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**BALCONISTA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**BORRACHEIRO AUXILIAR**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**BORRACHEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CAMAREIRA DE HOTEL**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CARPINTEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CARTAZEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CASEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CHEFE DE COZINHA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CHEFE DE SERVIÇO DE LIMPEZA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CHURRASQUEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CONFERENTE MERCADORIA (EXCETO CARGA E DESCARGA)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**COSTUREIRA EM GERAL**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**COZINHEIRO DE RESTAURANTE**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**COZINHEIRO GERAL**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**CUIDADOR DE IDOSOS**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ELETRICISTA DE VEÍCULOS DE MÁQUINAS OPERATRIZES**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ELETRICISTA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**EMPREGADO DOMÉSTICO FAXINEIRO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**ENCANADOR**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**FISCAL DE CAIXA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

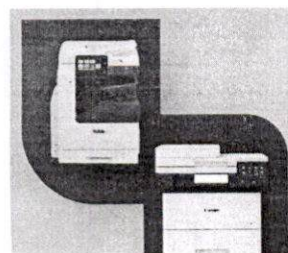
**FISCAL DE LOJA**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**FORNEIRO(PIZZARIA)**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**GARÇOM**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**INSTALADOR DE ALARME**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

**INSTALADOR FOTOVOLTAICO**  
Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.



## LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS | MULTIFUNCIONAIS | SCANNERS | PLOTTERS

SISTEMA DE BILHETAGEM, REVENDA DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

hp EPSON xerox brother SAMSUNG Canon

**MOPEL®**

42.3229-9272  
42.99102-4550  
42.99106-1598  
contato@mopelne.com.br

000145





# MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 204/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR, E A E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.

MUNICÍPIO DE IVAÍ, com sede na PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ, na cidade de Ivaí/Pr, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.175.918/0001-33 neste ato representado pelo Prefeito Municipal **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO** nomeado de acordo com o termo de posse, datado em 08 de agosto de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e a **E.C.P.A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 05.648.964/0001-64 sediado(a) na R Alberto Ditricks, nº 653, Bairro Centro, Ibituva – Pr, Cep: 84.430-000 doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por **EMERSON CIRINALDO PAES DE ALMEIDA**, às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 025 e 029/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação 054/2024 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## CLÁUSULA 1ª: OBJETO (art. 92, I e II)

1.1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado	1	SERV.	R\$ 37.613,33	R\$ 37.613,33

1.1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital de Licitação;
- A Proposta do contratado; e
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação do

2.2. extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo permitida a prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O prazo de execução/entrega será de 05 dias, de acordo com o previsto no termo de referência.

EMERSON  
CIRINALDO PAES DE  
ALMEIDA:02264136  
910

Assinado de forma digital  
por EMERSON CIRINALDO  
PAES DE  
ALMEIDA:02264136910  
Dados: 2024.10.17 09:25:57  
-03'00'

R

000146





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

- 2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## CLÁUSULA 3ª: **MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92.IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA 4ª: **SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA 5ª: **PREÇO**

- 5.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de **R\$ 37.613,33 (Trinta e sete mil, seiscentos e treze reais e trinta e três centavos)**, incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.
- 5.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## CLÁUSULA 6ª: **PAGAMENTO (art. 92. V e VI)**

- 6.1. O pagamento ocorrerá em até 30 dias, contados da data de entrega do objeto, ou prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 6.2. Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

## CLÁUSULA 7ª: **REAJUSTE (art. 92. V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/09/2024 (*vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro*).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice
- 7.3. INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

EMERSON  
CIRINALDO PAES DE  
ALMEIDA:02264136  
910

Assinado de forma digital  
por EMERSON CIRINALDO  
PAES DE  
ALMEIDA:02264136910  
Dados: 2024.10.17  
09:25:32 -03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

- 7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8.
- 7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA 8ª: CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92. X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 15 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

EMERSON  
CIRINALDO PAES DE  
ALMEIDA:02264136  
910

Assinado de forma digital  
por EMERSON CIRINALDO  
PAES DE  
ALMEIDA:02264136910  
Dados: 2024.10.17 09:25:15  
-03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA 9ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

EMERSON CIRINALDO  
PAES DE  
ALMEIDA:02264136910  
Assinado de forma digital por  
EMERSON CIRINALDO PAES DE  
ALMEIDA:02264136910  
Dados: 2024.10.17 09:24:56 -03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## CLÁUSULA 10ª: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:
- 10.2. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;
- 10.3. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- 10.4. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- 10.5. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- 10.6. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- 10.7. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
- 10.8. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;
- 10.9. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- 10.10. as informações sobre os titulares envolvidos;
- 10.11. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- 10.12. os riscos relacionados ao incidente;
- 10.13. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- 10.14. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
- 10.15. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;
- 10.16. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

EMERSON  
CIRINALDO PAES DE  
ALMEIDA:022641369  
10

Assinado de forma digital por  
EMERSON CIRINALDO PAES DE  
ALMEIDA:02264136910  
Dados: 2024.10.17 09:24:37  
-03'00'

000148





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaí.pr.gov.br](http://www.ivaí.pr.gov.br)

email: [licitacao@ivaí.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivaí.pr.gov.br)

- 10.17. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
- 10.18. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
- 10.19. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e
- 10.20. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.
- 10.21. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

## **CLÁUSULA 11ª: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92. XII)**

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA 12ª: CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92. XIV)**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.4. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após aneção;
- 12.5. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.6. 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação fraudar a licitação
- 12.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei; 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

EMERSON  
CIRINALDO PAES  
DE  
ALMEIDA:022641  
36910

Assinado de forma  
digital por EMERSON  
CIRINALDO PAES DE  
ALMEIDA:02264136910  
Dados: 2024.10.17  
09:24:17 -03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: [www.ivai.pr.gov.br](http://www.ivai.pr.gov.br) email: [licitacao@ivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivai.pr.gov.br)

12.14. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.15. advertência;

12.16. multa;

12.17. impedimento de licitar e contratar e

12.18. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.19. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.20. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.21. as peculiaridades do caso concreto

12.22. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.23. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.24. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.25. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.

12.26. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.27. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.28. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VIII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.

12.29. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

12.30. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

12.31. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

EMERSON CIRINALDO  
PAES DE  
ALMEIDA:02264136910

Assinado de forma digital por  
EMERSON CIRINALDO PAES DE  
ALMEIDA:02264136910  
Dados: 2024.10.17 09:23:59  
-03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

12.32. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.33. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.34. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## CLÁUSULA 13ª: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. XIX)

13.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

13.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

## CLÁUSULA 14ª: CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92. VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação a seguir discriminada:

05001206062001201433903900000 0590

## CLÁUSULA 15ª: DOS CASOS OMISSOS (art. 92. III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor

– e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA 16ª: ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

EMERSON CIRINALDO  
PAES DE  
ALMEIDA:02264136910

Assinado de forma digital por  
EMERSON CIRINALDO PAES  
DE ALMEIDA:02264136910  
Dados: 2024.10.17 09:23:42  
-03'00'



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA 17ª: PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

## CLÁUSULA 18ª: FORO (art. 92, §1º)

18.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Imbituva/Pr.

Ivaí-PR, 16 de Outubro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

Orli Antonio Camargo de Cristo – Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

E. C. P. A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA  
Emerson Cirinaldo de Almeida – Representante Legal  
CONTRATADA

EMERSON  
CIRINALDO PAES DE  
ALMEIDA:02264136  
910

Assinado de forma digital por  
EMERSON CIRINALDO PAES  
DE ALMEIDA:02264136910  
Dados: 2024.10.17 09:23:05  
-03'00'

TESTEMUNHA  
Marcia Luciene Kobilarz  
CPF/MF 956.815.909-68

TESTEMUNHA  
Karen Zelinda dos Santos  
CPF/MF 114.296.739-58





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: [www.ivai.pr.gov.br](http://www.ivai.pr.gov.br) email: [licitacao@ivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivai.pr.gov.br)



Município de Ivai - 2024

Classificação por Fornecedor

Processo dispensa 54/2024

Página: 1

Item	Produto/Serviço	UN	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	SR
Fornecedor:	120811-0 E.C.P.A. COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	CNPJ: 08.448.946/0001-44	Telefone: (42) 3425-3817	Status:	Cadastrado			37.813,33	
Email:	agencia@ecpa.com.br								
Representante:	120821-4 EMERSON CIRINALDO DE PAES ALMEIDA							37.813,33	
Nota 001 - Nota 001									
001	08955 Cobertura de armários de cozinha com revestimento a tempera do tipo	SC	1,00	Cobertura			37.813,33	37.813,33	4
VALOR TOTAL:								37.813,33	

EMERSON

CIRINALDO PAES DE

ALMEIDA:02264136

910

Assinado de forma  
digital por EMERSON

CIRINALDO PAES DE

ALMEIDA:02264136910

Dados: 2024.10.17

09:22:49 -03'00'

Enviado por: CAROLY ZOLANDA DOS SANTOS, no endereço: 0000-0

06/10/2024 09:25:58



**VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) meses podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.

**AUTORIDADE COMPETENTE:** Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.

**FORO:** Comarca de Nova Londrina-PR

**LOCAL E DATA:** Itaúna do Sul-PR, 17 de outubro de 2024

#### Ratificação:

O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente ratifica a Dispensa de Licitação, determinando a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.

**Responsável pela Pesquisa de Preços:** Lara Fernanda da Silva – Diretora Executiva de Saúde

#### Publicação:

Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

**Publicado por:**

Bruna Pereira Martins Alves

**Código Identificador:**F54E36F8

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO CONTRATO - 170.2024 - DP67.2024

#### EXTRATO DE CONTRATO

**ESPÉCIE:** Contrato nº 0170/2024. **REF:** Dispensa de Licitação nº. 067/2024

**PARTES:** Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33 e a empresa M.L. COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – CNPJ: 44.651.148/0001-61, rua Quinze de Novembro, nº 50, centro, Crissiumal-RS, **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE LENÇÓIS E FRONHAS PERSONALIZADAS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021. **INICIO:** 17/10/2024. **ENCERRAMENTO:** 16/10/2024. **DATA DE ASSINATURA:** 17/10/2024.

**SIDNEI CARRILHO PELIZER.**

Prefeito Municipal.

Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) em conformidade com a legislação vigente.

**Publicado por:**

Bruna Pereira Martins Alves

**Código Identificador:**F8BF4C5B

### ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

#### DIVISÃO DE CONTABILIDADE DECRETO 247/2024

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai – PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

DECRETO 247/2024

14/10/2024

**SÚMULA:** Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida na Lei nº 1478/2023.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2024 (Lei Municipal nº 1478/2023), um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), conforme demonstrativo abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
11	SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
11.001	DIVISÃO DE HABITAÇÃO	
16.482.1601.2072	Manutenção das Atividades da Divisão de Habitação	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante deste Decreto, serão utilizados os recursos oriundos da anulação de dotações, conforme o previsto no inciso III do parágrafo 1º do Art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17 de março de 1964 a seguir especificados:

A) Anulação de dotações

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
05.001	DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO	
20.606.2001.2014	Atividades da Divisão de Fomento Agropecuario	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
600	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data e será publicado, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ivai, Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de outubro de 2024.

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Fabio Jose Graniska

**Código Identificador:**9C42EA5F

### DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 204/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 54/2024

#### EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 204/2024

**Dispensa de Licitação nº: 54/2024**

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção do Poço Artesiano da localidade de Lageado.

**CONTRATADA:** E.C.P.A. COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

**CONTRATANTE:** Município de Ivai – Pr.

Valor Global: R\$ 37.613,33

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 17/10/2024

**ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –**

Prefeito Municipal

**EMERSON CIRINALDO DE ALMEIDA –**

Representante Legal

**Publicado por:**

Karen Zelinda Dos Santos

**Código Identificador:**35266304

### DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 203/2024 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 60/2024



